

S
um luto
ue o re-
verifica-
unheiros
os à li-
superior
em gre-
tras fa-
o movi-
já su-
a
oa
gências
s. pro-
de São
terven-
sentil-
resos",
a; Ser-
istória;
ologia;
as por-
das no
nemo-
r. de-
r aos
guinte
portu-
as no
udan-
ios de
mável
tra a
nstau-
ugal".
Portu-
Ifredo
nando
Abílio
Má-
rtela
rático
valho-
s. Au-
o Ro-
Portu-
es da
a Iro-
erezi-
Por-
felder
Fran-
Hum-
Joa-
vares,
José.



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO IX — N.º 92 — SÃO PAULO, MARÇO DE 1965 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2

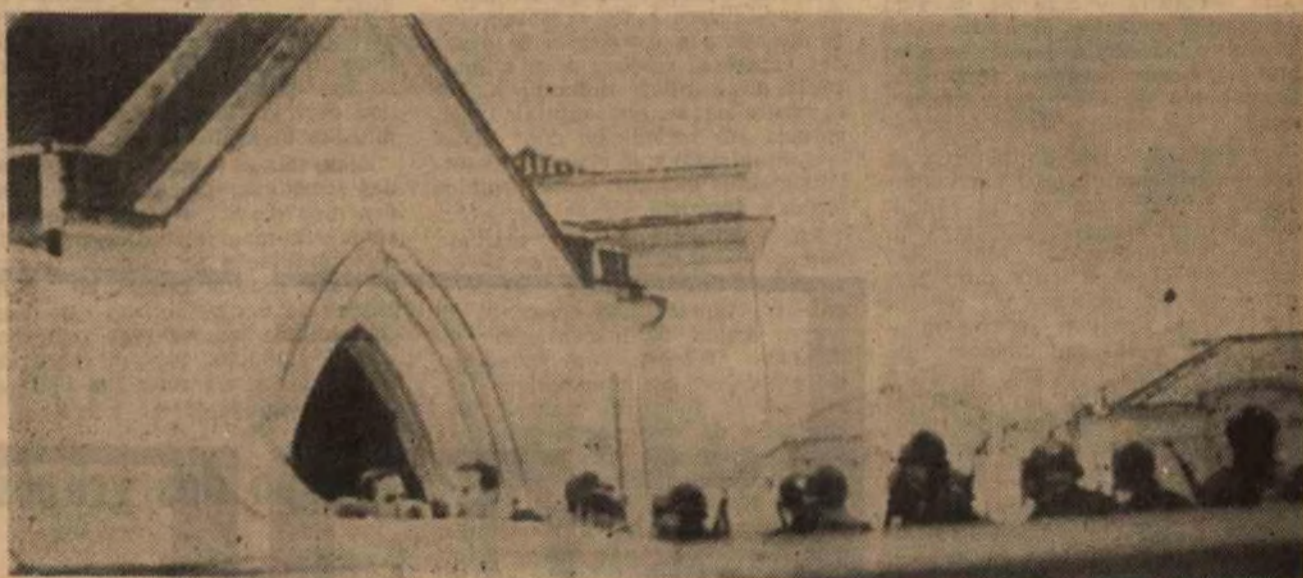
CRESCE A HEROICA LUTA DOS ESTUDANTES

LISBOA, (Do Correspondente) — Ao longo de todo o mês de fevereiro os estudantes de Lisboa mantiveram-se firmes, imprimindo à sua luta contra o fascismo tais proporções que a ditadura atravessa a sua maior crise desde a primavera de 62. Não se trata agora de um movimento reivindicativo circunscrito à Universidade de Lisboa. A própria ferocidade da repressão policial funcionou como um catalizador das energias da juventude que se uniu num movimento comovedor e de dimensões impressionantes, abarcando a mocidade estudantil de todo o País, inclusive milhares de rapazes dos liceus.

As circunstâncias em que se desenvolve no cotidiano essa luta heróica impedem-nos de dar aos leitores de «PORTUGAL DEMOCRATICO» um panorama minucioso e actualizado. A rigorosa acção da Censura, por um lado, a dificuldade com que se sabe o que se passa nas prisões, de outro, e ainda o atraso com que certos

comunicados estudantis nos chegam às mãos constituem outros tantos obstáculos ao conhecimento perfeito dos acontecimentos.

O que alarma principalmente Salazar é a própria duração do movimento. A tenacidade dos estudantes, a sua coragem geraram o pânico entre o Governo e nas fileiras da PIDE, da GNR e da PSP. Não se trata desta vez de estudantes tempestuosos, mas de efeito tão pouco prolongado como o de uma onda que se desfaz na praia entre espumas. O erro de Salazar foi precisamente ter imaginado que tudo se resolveria com a prisão de alguns líderes. Os comunicados do Ministério da Educação e da PIDE cobriram o Governo de ridículo. A velha história do «complot» comunista teria mesmo suscitado gargalhadas não fóra a situação dramática dos estudantes presos e submetidos à tortura. A amplitude assumida posteriormente pelo movimento não tardou a desmentir as fal-



OS OUTROS

“Serão homens os denunciante, aqueles que odeiam a preço, os que velam por turnos a aniquilação do Homem, os assassinos do Homem?” (de Binómio, 4 de Fevereiro)

sidades governamentais. Reagindo à afirmação de que eram vítimas inocentes de um «insignificante grupo de agitadores», os estudantes da Universidade de Lisboa tornaram claro que se sentiam integralmente soli-

dários com os seus líderes presos, que a sua luta era a de todo o povo português contra o regime liberticida de Salazar. A Universidade de Coimbra, a Universidade do Porto, através das suas associações académicas vieram dar maiores dimen-

sões ao movimento, proclamando a sua adesão ao mesmo e elevando clamorosos protestos contra as barbaridades cometidas pelo aparelho de repressão fascista contra os seus colegas de Lisboa.

(Continua na 4.ª página)

A FORÇA DA UNIDADE

Fevereiro foi em Portugal um mês de lutas, confirmando e ampliando as esperanças nascidas com as grandes vitórias estudantis do princípio do ano. Nas ruas, à porta dos tribunais fascistas, nas assembleias, nos vibrantes jornais académicos, nos altivos protestos endereçados aos carrascos do povo, na coragem com que enfrentaram a PIDE quando presos, os estudantes souberam demonstrar a todo o momento que se acham à altura da missão histórica que lhes cabe. A acção terrorista desencadeada contra eles não lhes quebrou a combatividade, fortalecendo pelo contrário o seu espírito de luta.

As lições da primavera de 62 não foram inúteis. É a própria marcha dos acontecimentos que reflecte a extraordinária capacidade de organização a que chegaram as massas estudantis. Privados logo nos primeiros dias do Movimento dos seus líderes mais representativos, os universitários de Lisboa não se perturbaram. O Movimento cresceu em extensão e em profundidade. Não lhe faltaram dirigentes para substituir os detidos. Dir-se-ia que eles surgiam diariamente, forjados pela acção. Salazar não contava com isso. E cometeu um erro grosseiro ao mandar proclamar urbi et orbi que tudo voltaria à “normalidade” com a prisão de uns quantos “agitadores” que semeavam a subversão no seio da Universidade. A resposta dos estudantes cobriu-o de ridículo. Pode-se afirmar que a partir das primeiras prisões o motor da luta passou a ser a solidariedade de toda a população estudantil de Lisboa — inclusive a dos liceus — aos seus líderes detidos, caluniados e condenados. Essa unidade impressionante, essa tenacidade na luta, aliadas a uma grande capacidade de iniciativa aca-

baram desconcertando as autoridades fascistas, encaminhando-as para uma campanha de terror feroz e indiscriminado.

No seu ultimo discurso, uma ladainha que resumia ódio e despeito, Salazar viu-se forçado a recuar. Os comunistas deixaram de ser o inimigo unico, a fonte exclusiva da subversão. O velho ditador, agora, fulmina também os católicos com os seus anátemas, vê nêles uma matilha de agitadores. Essa atitude vale por uma confissão de derrota, por um reconhecimento de que a força do movimento estudantil reside na unidade magnífica que liga os seus membros independentemente da ideologia que professem. É de resto muito significativo que Salazar tenha ido mais longe na sua explosão de rancores acumulados contra a Igreja. Ao afirmar que ela deve cristianizar a Nação mas deter-se a “pois não pode substituir o Estado”, deixa transparecer bem claramente que não pensa apenas nos católicos, mas na própria hierarquia da Igreja — ou pelo menos numa parte dela — cuja solidariedade ao fascismo lhe parece tornar-se duvidosa. Os factos não tardarão a dizer-nos se os seus temores têm fundamento. A consciência que as massas estudantis possuem hoje da sua força é aliás tão contagiante que não é apenas a Igreja que se sente perturbada com o fenómeno. A combatividade crescente de que vêm dando mostras certos sectores mais timoratos e conservadores da Oposição deve ser encarada também como uma consequência directa das vitórias alcançadas pelo movimento estudantil. A unidade, mais uma vez se prova, forja-se na acção!

PORTUGAL
DEMOCRATICO

Nesta Edição:

- ☆ SALAZAR AMEAÇA A IGREJA Pág. 8
- ☆ ANGOLA VISTA POR UM AMERICANO Pág. 3
- ☆ CONDENADO A DIAS LOURENÇO Pág. 6
- ☆ APOIO À F. P. L. N. Pág. 7
- ☆ A LUTA DOS CAMPONESES Pág. 8
- ☆ O MOVIMENTO OPERÁRIO Pág. 7
- ☆ PELA ABOLIÇÃO DO PODER DOS MONOPOLIOS Pág. 2

Pela Abolição do poder dos Monopólios

Dando continuidade à publicação do importante depoimento "Rumo à Vitória", incluída em nossa edição de Dezembro, reproduzimos a seguir a primeira parte do capítulo consagrado à ação dos monopólios.

O golpe militar de 1926, que levou à instauração da ditadura fascista, foi preparado e executado pelas forças reacionárias do grande capital e dos grandes agrários. O objetivo foi pôr o aparelho do Estado ao seu serviço, arredar do poder a pequena e a média burguesia, travar o movimento operário. Em 1926, na indústria, como na banca e no comércio, ainda a média burguesia tinha um peso considerável. Ainda na maior parte dos ramos industriais estava ausente o domínio monopolista. Ainda o capital industrial e o capital bancário se não tinham fundido tão intimamente que pudessem assegurar o controle da vida econômica nacional. Instaurando o governo fascista o grande capital passou a impôr com a força do Estado a defesa dos seus interesses.

A ação das leis do desenvolvimento do capitalismo, particularmente a livre concorrência, conduzem à centralização, à concentração, e ao monopólio. Mas essa ação, por si só, é lenta num país atrasado. Os pequenos e médios capitalistas resistem desesperadamente à ação aniquiladora do grande capital. A missão histórica da ditadura fascista, ao serviço do grande capital e dos grandes agrários, foi apressar esse processo.

Toda a acção do governo fascista, ao longo dos 38 anos do seu domínio, tem sido intensificada a exploração da classe operária e das outras classes laboriosas para permitir à burguesia mais lucros e a mais rápida acumulação do capital. Tem sido proteger os grandes e perseguir os pequenos. Tem sido a entrega das riquezas nacionais e dos principais ramos da atividade econômica a um pequeno número de grandes capitalistas. Para isso, o governo pôe todo o aparelho do Estado, todo o aparelho repressivo, as armas, as leis, os tribunais, ao serviço do grande capital. Para isso criou um gigantesco aparelho de coordenação, direcção e domínio econômico que é a organização corporativa.

Assim, a centralização, a concentração e o monopólio não têm sido apenas o resultado natural, a longo prazo, da livre concorrência. Graças à política do governo fascista, os monopólios têm sido e são estabelecidos violentamente coercivamente, a curto prazo, por medidas legislativas, por despachos ministeriais, pela força e o terror que vencem as resistências e impõem a execução dos planos do grande capital.

A preponderância das Sociedades Anônimas

Na indústria, segundo o exemplo da concentração na moagem, a que o falecido fascista Botelho Moniz chamou "o primeiro bom exemplo do corporativismo", ramo após ramo, foram-se criando maiores unidades, foram sendo arruinadas as mais pequenas, foram-se impondo fusões e absorções das mais pequenas empresas pelas maiores.

A concentração industrial e o estabelecimento de monopólios na indústria facilitou e estimulou a concentração bancária e a formação de monopólios bancários. Em 1928, o ativo dos mais pequenos bancos (chamados "casas bancárias") representava 13% do ativo total dos bancos; em 1949 representava apenas 1,6%. Em 1928 os depósitos à ordem nas casas bancárias representavam apenas 1,7%. Em 1928 quatro grandes bancos detinham 64% dos depósitos à ordem; em 1949 tinham já 71%. Os bancos passaram a ter um lugar de relevo no estabelecimento do domínio dos monopólios a todos os sectores da vida nacional.

Resultado inevitável do desenvolvimento do capitalismo, mas apressada violentamente pelo governo fascista, a concentração in-

dustrial e a concentração bancária, a criação dos monopólios industriais e monopólios bancários, a fusão ou enlace dos bancos com a indústria, deram à oligarquia financeira uma posição dominante em toda a economia nacional. Se até ao princípio da segunda guerra mundial, o mais característico da política fascista foi a facilitação da criação, de grandes grupos financeiros, depois da segunda guerra mundial, ligada aos planos de "industrialização" e de "fomento", a política fascista caracterizou-se pelo auxílio a esses grupos para se apossarem de toda a vida econômica nacional, através da exploração desenfreada da classe operária e duma violenta e desafiada ofensiva para liquidarem as pequenas empresas.

No processo de centralização e concentração têm representado um papel de relevo as sociedades anónimas.

De há muito, o desenvolvimento do capitalismo e as exigências de capital para a instalação de grandes empresas chocam com a limitação dos capitais individuais. Foi a centralização dos capitais individuais em sociedades por ações (ou anónimas) que permitiu os investimentos exigidos pelas grandes obras industriais.

Em Portugal desde a segunda metade do século XIX que as sociedades anónimas tem vindo a ganhar importância crescente. E' porém depois da instauração da ditadura fascista, com a política de protecção aos monopólios, da entrega de todas as riquezas nacionais e da vida económica ao capital financeiro, que as sociedades anónimas ganham preponderância. Sobretudo depois da segunda guerra mundial, a construção e instalação de ramos novos da indústria e de grandes centrais hidro-eléctricas, exigindo vultuosos investimentos deram novo impulso à centralização de capitais através das sociedades anónimas.

De 1935 a 1939 foram constituídas 95 sociedades anónimas com um capital total de 113.505 contos, correspondentes a 27% do capital de todas as sociedades constituídas, e 4.743 sociedades por quotas com um capital de 253.737 contos correspondentes a 61% desse capital. Em 1955-59, o capital das sociedades anónimas constituídas subiu a mais de 1.800.000 contos ou seja mais do que o dobro das sociedades por quotas constituídas; enquanto o capital daquelas representou nesses anos 70% do capital de todas as sociedades constituídas, o capital das últimas representou já só 29%. Ao mesmo tempo as sociedades em nome colectivo perdem progressivamente a sua importância. Em 1935-39 ainda o capital das sociedades em nome colectivo constituídas subiu a 12% do capital de todas as sociedades constituídas; em 1955-59 representou apenas 1%. Se considerarmos o capital médio das sociedades constituídas, igualmente sobressai a importância das sociedades anónimas, o capital médio das sociedades por quotas constituídas tem-se mantido desde antes da guerra sem modificações sensíveis: entre 50 e 100 contos. O das sociedades anónimas passou de 1.195 contos em 1935-39 para 11.152 contos em 1955-59.

Apesar de que existem ainda algumas grandes sociedades por quotas, a tendência é a sua transformação em sociedades anónimas com o fim de mobilizarem novos capitais. Através das sociedades anónimas os grandes capitalistas atraem, iludem, utilizam e dominam em seu proveito os pequenos capitais e mesmo as economias de homens das profissões liberais, funcionários etc. Pela emissão crescente de obrigações (cinco milhões de contos em circulação em fins de 1957 e 7 milhões em fins de 1960). As grandes sociedades exercem de certa forma funções bancárias pois a emissão de obrigações equivale a receber em depósito a prazo e a baixo juro, "capitais disponíveis" e a colocá-los (na própria empresa) em atividades mais lucrativas. As grandes sociedades recebem assim o lucro de vastos capitais que não lhes pertencem. Hoje em Portugal, grande empresa, grande fábrica, grande companhia, associação monopolista são sinónimos da sociedade anónima e vice-versa. Assim enquanto o capital nominal médio das sociedades anónimas passa de 20.000 contos, o capital médio das

outras sociedades não alcança os 200 contos. Enquanto as sociedades anónimas têm em média 324 assalariados, as restantes sociedades têm em média apenas 17.

E' evidente que o capital nominal está muito longe de ser o capital efetivo. Este e muitas e muitas vezes superior ao capital nominal. Basta dizer que, calculado pelas cotações na Bolsa, o capital é em regra de 3 a 50 vezes superior ao capital nominal e em alguns casos ainda mais: 100 vezes superior o da CUF, 300 vezes o da Companhia das Lezírias. Os investimentos de muitas grandes companhias, excedendo de longe os capitais nominais respectivos, mostram como estes ocultam os capitais reais. A CCN, por exemplo, tem o capital de 150.000 contos, mas os seus investimentos na frota sobem a mais de 1.700.000 contos. A CCN tem um capital de ... 100.000 contos, mas o seu capital investido ultrapassa 1 milhão de contos. O capital nominal de todas as sociedades dos vários ramos da indústria textil orça por 700.000 contos; mas só na textil do algodão os investimentos passam de 4 milhões de contos.

Além disso o chamado "capital das sociedades não inclui os "fundos de reserva" e estes tornam-se cada vez mais a forma preferida da acumulação de capital dentro de cada grande companhia. Considerando 5 dezenas das maiores companhias, as reservas representavam em 1939, 39% do total do capital e das reservas. Em 1961 representavam já 49%.

A ação dos grupos Financeiros

Assim um número cada vez menor de grandes companhias, centralizando de forma crescente capitais que antes se encontravam separados em muitas outras e concentrando por acumulação dos lucros crescentes, capitais crescentes, ganha dia a dia uma posição preponderante. Na pesca, no papel, na borracha, na moagem, no comércio, transportes e comunicações, um número reduzido de sociedades anónimas representando de 2 a 7% do número de sociedades detém de 50 a 85% do capital do ramo respectivo. Nos cimentos, indústria química, máquinas e aparelhos eléctricos, 11 a 20% do número detém de 70 a 99% do capital. Em 1961, no total de mais de 20.000 sociedades existentes, cabiam às 200 maiores, com capital superior a 10.000 contos (menos de 1% do número das sociedades) 15 milhões de contos (ou seja quase 75% do capital nominal de todas as sociedades). Só de 1956 para 1961 a percentagem do capital das maiores sociedades passou de 66 para 75%.

Seria porém erro concluir que a existência de algumas poucas centenas de grandes sociedades dominantes significa que essas poucas centenas são sociedades diferenciadas e concorrentes. Muito longe disso. Por um sistema de participações no capital, o domínio efetivo da economia nacional pertence a um pequeno número de grupos financeiros (grandes bancos e grandes empresas industriais associadas). Cada grupo monopolista não se limita a dominar um ramo da indústria. Com a concentração de capitais, cada grupo investe capitais noutros ramos. Champallaud passou do cimento para a siderurgia; Delfim Ferreira da textil para a electricidade; Manuel de Mello para grande variedade de ramos.

Os bancos e os banqueiros tornaram-se grandes industriais, os grandes industriais tornaram-se banqueiros. Não há hoje banco que não tenha fortes posições na indústria. Não há grande industrial que não tenha posição nos bancos. Os próprios grandes senhores da terra se tornaram industriais e banqueiros e vice-versa. Com a fusão do capital bancário e do capital industrial, com o desenvolvimento das sociedades anónimas, tornou-se possível a situação hoje existente em Portugal: onze grandes grupos monopolistas controlam e dominam as mais importantes sociedades e muitos milhares de outras e controlam e dominam os setores fundamentais da economia portuguesa.

Ele é a CUF, com as suas unidades industriais próprias, as suas posições nos transportes marítimos e nas construções navais (Sociedade Geral, Companhia Nacional de Navegação e Soponata), o seu grande banco (Totta-Alliança), as suas companhias de seguros, as suas grandes fábricas de tabacos, de adubos químicos, de celulose, de produtos farmacêuticos, de artigos eléctricos, etc.

Ele é o grupo do Banco Espírito Santo, intimamente associado ao trust dos petróleos, com as suas companhias de seguros, as suas posições nos transportes, na electricidade, na cerveja.

Ele é o grupo Delfim Ferreira e Banco Atlântico, com fortíssimas posições na indústria textil e na electricidade.

Eles ainda são o grupo do Banco Nacional Ultramarino que controla outros bancos como F. Alves Pinto Leite e Raposo de Magalhães e tem uma gigantesca rede de interesses além de numerosas companhias coloniais; o grupo Pinto de Azevedo e Banco Borges & Irmão (na textil e nos vinhos); o grupo Sommer (nos cimentos e siderurgia); o grupo C. Portugal e Colonias e Banco Lisboa e Açores (na moagem e nos transportes); e as constelações de grandes empresas e interesses polarizados em volta dos bancos de Portugal, Fonseca Santos e Viana Sotto Mayor e Agricultura-Alentejo.

Entre estes dois grupos existem naturalmente rivalidades de interesses. Mas as rivalidades entre estes grandes grupos são hoje menos agudas que a competição que os opõe, a todos ou a alguns, aos pequenos e médios competidores. O que actualmente caracteriza as relações entre eles é a crescente aproximação dos seus interesses, é o facto de que, de forma crescente eles se entendem com o objectivo de esmagarem toda a multidão dos mais pequenos concorrentes e dominarem como senhores absolutos a economia nacional.

Numerosas grandes empresas e monopólios (tal o caso da electricidade e dos adubos químicos), foram criados com a participação de vários grandes grupos financeiros. Em centenas de outros empreendimentos (moagem, sabões, vidros, cerâmica) os grandes grupos estabeleceram ligações e acordos. O Banco de Fomento Nacional, criado em 1959 é uma nova e superior forma de associação da grande banca e da grande indústria em ligação com a finança internacional, através da qual todos os grandes bancos ficaram associados e solidariamente interessados na actividade da grande industria. Outras associações do mesmo tipo se têm formado. Ainda recentemente igualmente ligados à finança internacional, os bancos do Atlântico, Pinto & Sotto Mayor, Agricultura e Comercial de Angola criaram a Sociedade de Estudos Financeiros (LUSOFINO) com o fim de coordenar e planificar os investimentos comuns.

Dia a dia é mais densa a rede dos interesses comuns dos grandes grupos monopolistas. Todos em conjunto opõem-se a todas as restantes classes sociais. De braço dado com o imperialismo estrangeiro, são os senhores omnipotentes da vida portuguesa.

O Esmagamento das pequenas Empresas

Foi servindo o grande capital que o governo fascista promoveu a centralização e a concentração e tornou possível o domínio da economia nacional por um tão reduzido número de grupos monopolistas. E' servindo este punhado de grandes grupos monopolistas que o governo fascista impulsiona ainda mais o processo de centralização e concentração, com vistas à liquidação da pequena e média indústria.

O "condicionamento" industrial, lei básica do desenvolvimento industrial sob a ditadura fascista, que torna dependente da autorização do governo a montagem, modificação e transferência dos estabelecimentos fabris, é uma lei "reguladora" da concorrência, uma lei de protecção monopolista. O

"condicionamento" industrial é um instrumento do grande capital para apressar a centralização e a concentração e manter e reforçar o domínio dos monopólios em toda a indústria portuguesa. Abrindo passo aos grandes e cortando o passo aos pequenos, o condicionamento, que cada qual puxa a si (nas palavras do deputado fascista A. Neto) "a manta curta, óptima quando tapa e péssima quando destapa". Onde há grande indústria, ou em novos ramos industriais concedidos aos grandes, o governo "condiciona" (isto é, proíbe a criação de novas unidades) para impedir outros concorrentes. Onde não há industria, o governo "liberaliza" (isto é, torna de certa forma livre a instalação das novas unidades) para que a grande industria entre em cena e esmague as pequenas unidades. As grandes companhias monopolistas tornam-se arautas da liberalização e da livre concorrência nos sectores onde pretendem penetrar e arautas de "condicionamento" nos sectores mais lucrativos que tornam contadas suas.

Nos ramos em que dominam os monopólios, vedando estes o afluxo de capitais, diminui a concorrência e lucros superiores são assegurados. Ao irvês, há mais afluência de capitais aos ramos "liberalizados", agudiza-se a concorrência e desce a taxa de lucro. Pelo jogo dos preços no mercado e pela existência de preços de monopólio, dá-se uma partilha da mais valia entre os vários ramos, pela qual, ou os monopólios se apropriam da mais-valia criada noutros ramos, ou (se é baixa a técnica e elevada a taxa de mais-valia nos setores monopolistas) impedem que os outros partilhem de mais valia reles criada. No primeiro caso cobram a restante indústria um "imposto invisível", no segundo fogem com a sua "matéria colectável" a quem sobre ela teria direito à cobrança. Isto significa que não só a pequena e a média industria de determinado ramo, é levada parte de mais valia pelos monopólios do mesmo ramo como estes se apropriam da parte da mais-valia obtida em todos os ramos não condicionados. Estabelece-se a lei dos maiores lucros dos sectores e empresas monopolistas, o que acentua a sua preponderância em todos os ramos (estejam ou não lá) e a sua aptidão para aniquilar as pequenas e médias empresas.

A eficiência do "condicionamento" ao serviço dos monopólios revela-se mais claramente quando, por suspensão temporária e parcial do "condicionamento" aparecem rapidamente centenas e mesmo milhares de pequenas empresas (panificação, barro, tipografia, moagem). Logo porém o governo fascista intervem com novas medidas de condicionamento, salientando que tal ou tais grandes empresas, só por si, têm uma capacidade de produção superior à capacidade de absorção do mercado nacional. Para que desperdício em equipamentos não utilizados? E os homens dos monopólios vestem a pele de defensores dos interesses dos pequenos. "Se estas instalações novas estão condenadas à morte (pergunta o economista oficial do "Diário da Manhã", 19.5.63) então para que deixá-las nascer?"

A voz dos pequenos há muito foi abafada. Ao invés do que seria de esperar, as queixas que se ouvem dos malefícios da concorrência, não são as da pequena industria em vias de ruína e liquidação (essa não pode falar) mas as das grandes companhias pretendentes ao completo monopólio, que atribuem todas as dificuldades à concorrência das pequenas, acusam estas de não pagarem impostos bastantes e dizem não poder viver se não forem compulsivamente aniquiladas a "industria caseira" e a pequena industria, acusadas de "concorrência desleal". Com o "condicionamento" o governo salazarista intertem na competição entre as grandes e as pequenas empresas para decidir mais rapidamente a batalha em beneficio das primeiras para liquidar mais rapidamente as segundas, para apressar a centralização e a concentração, para facilitar o estabelecimento e engrandecimento dos monopólios e do capital estrangeiro a que estão ligados.

(Continua)

Notas e comentários

O Exemplo do Sudão

Entre as Revoluções mal conhecidas em Portugal conta-se certamente a que o povo sudanês iniciou em Outubro do ano passado (1). Não foi por acaso que a Censura reduziu à expressão mais simples o noticiário das agências telegráficas internacionais sobre os acontecimentos daquela República africana; por outro lado certos acontecimentos daquela Recentes grupos da Oposição que vêm no terrorismo e em atos de violência indiscriminada o caminho natural para a derrubada do fascismo não poderiam também mostrar-se entusiasmados com uma experiência como a sudanesa em que a participação das massas no processo insurreccional representou fator decisivo da luta; e não lhe prestaram maior atenção os adversários de Salazar que vivem sonhando com quarteladas e putschs.

Objectar que Portugal não é o Sudão e que, dadas as diferenças profundas existentes entre os dois países, quaisquer paralelos seriam descabidos. Mas embora não nos passe pela cabeça a ideia de apresentar a insurreicção sudanesa como modelo a ser copiada, é de salientar que ela foi dificultada e não favorecida pela circunstância de se verificar num território imenso (aproximadamente 22 vezes maior do que Portugal), habitado por uma população rarefeita (10 milhões) e bastante atrasada. As condições objetivas não eram favoráveis a criar grandes esperanças entre as forças populares revolucionárias. Aparentemente pareciam insuperáveis os obstáculos a vencer para que a mobilização das massas se tornasse uma realidade. No próprio Cairo, capital mais próxima, ninguém acreditava numa mudança iminente na Republica vizinha. O marechal Ibrahim Abbud dispunha de um sólido aparelho de bases de ruas e dirigido por oficiais repressão, experimentado em como constituíam uma casa umbilicalmente ligada à ditadura. E, contudo, de um dia para o outro, o regime militar ruíu fragorosamente. As primeiras manifestações de rua em Khartum deixaram bem claro que era unânime a repulsa pelo regime de Abbud. Uma verdadeira explosão passional alastrou pelo País quando o Exército e a Polícia reprimiram essas demonstrações. As violências cometidas contra os estudantes foram o estopim que fez explodir o paíol dos ódios acumulados. O povo em péso veio para as ruas para gritar o seu descontentamento. Pela primeira vez em muitos anos, o Norte, árabe, e o Sul, negro, uniram-se para atingir um objectivo comum: o derrubamento da ditadura! A cúpula do Exército ainda quis pôr em funcionamento o dispositivo repressivo. Mas era tarde: a tarefa a realizar excedia as suas possibilidades. Os carros e as metralhadoras nada podiam contra as massas humanas compactas que ocupavam as ruas. O ambiente de revolta empolgava as multidões. De Khartum a Suakim, de El Obeid a Port Sudan, das margens do Nilo às aldeias da fronteira congolês havia uma só vontade: pôr fim ao pesadelo da ditadura militar, aliada dos imperialistas estrangeiros! Impotente para dominar as massas, o aparelho repressivo desuniu-se, para logo se estacelar quando os primeiros soldados e oficiais principaram a confraternizar com o povo.

Para aqueles que descrevem das massas e da sua força irresistível, a lição do Sudão é tanto mais significativa quanto ali a unidade do povo se realizou de modo algo inesperado, sem obedecer a um plano estabelecido. É certo que a Frente Nacional Unida vinha de longa data desenvolvendo um trabalho de esclarecimento profícuo e profundo. Mas o povo acabou por sair à rua sem receber instruções da cúpula revolucionária, surpreendendo os próprios dirigentes da FNU. A insurreicção sudanesa de outubro — apesar de se verificar num país atrasado — vem acrescentar-se as raras insurreicções populares ditas espontaneas, como a de Paris, em Julho de 1789, que salvou a Constituinte de Versaillies, e a de Pe-

trópolis, em Fevereiro de 1917, que

derrubou a autocracia dos Romanov. Seria pueril esperarmos algo de semelhante em Portugal. Mas para aqueles que vêm tenazmente sustentando a necessidade de levar as massas a participar cada vez mais da luta encerrando as pequenas e grandes batalhas contra o fascismo — nos ruas, na universidade, nas fábricas, nos sindicatos, nos campos — como treino precioso e indispensável para o momento do confronto final, é reconfortante a confirmação histórica que os acontecimentos do Sudão — verificados nas condições mais desfavoráveis — trazem às teses que atribuem a essas mesmas massas o papel decisivo na preparação do desfecho do processo insurreccional. As vitórias que os estudantes de Lisboa acabam de alcançar contra o fascismo e as ameaças de Salazar à Igreja constituem, de resto, um indicio precioso de que a unidade das forças democráticas se fortalece em Portugal de dia para dia. Ora essa unidade, tenhamos-lo sempre presente, é a condição primeira da criação daquele estado de espírito que tornando as massas populares conscientes da sua força, lhes garante a invencibilidade quando saíem à rua. Em Portugal como no Sudão, onde quer que um povo oprimido lute pela liberdade e pela democracia.

(1) — O derrubamento da ditadura pela insurreicção popular não trouxe nem podia trazer a solução dos graves problemas que decorrem para o Sudão do antagonismo que os colonialistas britânicos criaram entre as populações do Norte e do Sul. Qualquer que seja o rumo que os acontecimentos tomem naquela Republica, os ensinamentos que a vitoriosa insurreicção de outubro trouxe consigo permanecem válidos.

M. U. R.

Um caso da Cidade

No "Jornal de Notícias", apareceu, semanas atrás, uma reportagem contando uma história resumidamente assim: uma família ficou privada do seu chefe durante 15 meses devido a um "desvario" deste. Quando, ao fim dos 15 meses, o chefe de família voltou da prisão, a família foi despejada da casa que habitava por falta de pagamento do aluguel — que era de 170\$00 mensais. Duas mulheres e quatro crianças de menos de 5 anos foram sem cerimonia colocadas na calçada, juntamente com um pequeno monte de objetos domésticos, todo o recheio utilitário de uma casa pobre. O chefe de família não teve conhecimento do fato a tempo de o evitar porque se encontrava trabalhando.

O repórter disse possivelmente tudo o que pôde. Usou de todos os recursos literários com que em geral se compõe uma "cronica cidadã", bem comovente, destinada a pessoas de bom coração. Publicou a fotografia dos despejos e uma legenda que a comparava a cena de filme neo-realista.

Mas não disse — não pode dizer, certamente! — que o trabalhador Serafim Ferreira Belo, o protagonista, fora condenado por suas atividades políticas, isto é, por cumprir conscientemente e honestamente o seu papel de homem do povo esclarecido.

O destino da família de Serafim Belo, como o repórter não nos diz, sabemos, nem onde irá passar as frias noites de inverno que sejam as ruas do Porto. Pensamos antes no seu exemplo: quantos heróis anónimos do povo português ele simboliza e que terão conhecido provações semelhantes? Quantos, tendo pouco, arriscaram e perderam tudo?

São eles que mais assustam os fascistas, deles é que sairá chegada a hora, a maior quota do sacrificio que custará o ataque derradeiro à fortaleza fascista. O povo português, que não reconhece títulos de bacharelato em revolução, saberá reconhecer e acompanhar na hora própria, maciçamente, os que se colocarem na sua vanguarda prontos para a luta.

Angola vista por um Americano

THOMAS STERLING

Entre os jornalistas americanos que visitaram Angola nos últimos tempos a convite do governo fascista português figurou Thomas Sterling, um repórter da revista "The New Yorker" conhecida pelas suas posições conservadoras. A realidade que ali se lhe deparou foi entretanto tão diversa das teses propagandeadas pelo governo de Lisboa, que Sterling não pôde evitar que a sua reportagem reflectisse uma parte da verdade. São desse trabalho as passagens que abaixo publicamos:

"A 'provincia portuguesa de Angola' é quase três vezes maior do que a Califórnia. Mas tem menos de 5 milhões de habitantes, dos quais 250.000 portugueses e 70.000 'assimilados' ou africanos considerados como portugueses. Restam 4 milhões e meio de africanos. A aceitação a versão de Lisboa, eles serão também 'assimilados'. A maior parte deve à Providência, o que, falando de si próprio, Salazar chama a 'graça de ser pobre'. Na realidade poucos neste mundo beneficiam tão largamente desta graça e em Angola só se pode aproveitar dela os que são negros. Ainda uma outra 'dádiva divina': Angola é governada sem democracia. Muitos angolanos brancos e negros, pensam que o problema essencial do seu país seria chegar à independência política e à liberdade.

COLÓNIA DE POVOAMENTO?

(...) Verifiquei que Portugal só iniciou a conquista sistemática de Angola por volta de 1870. Isto é, na época em que as outras potências coloniais da Europa penetravam no interior da África. O velho reino do Congo foi mantido em São Salvador apesar das partilhas. Em 1955, os portugueses aproveitaram uma questão de investidura para instalar um filho no trono. Sua viúva, Isabel, Quenque, é chamada ainda a rainha do Congo.

Angola só foi inteiramente submetida em 1919. Em 1922 e em 1923 houve dois levantamentos importantes. O pequeno número de portugueses representava uma das dificuldades da colonização. No início deste século não ultrapassavam os 9.000; em 1940 eram 40.000; em 1950 tocavam os 80.000. Havia também cerca de 30.000 "assimilados" e 25.000 mestiços. Mas durante os últimos oito ou nove anos vieram quase 150.000 portugueses encorajados a emigrar para deter o avanço do nacionalismo angolano.

Longe de ter sido uma das primeiras colónias de povoamento da África, Angola é uma das últimas.

MOVIMENTOS NACIONALISTAS

(...) Muitos portugueses liberais declaram-se essencialmente de acordo com o MPLA, ainda que suspetem das suas simpatias para com o comunismo. Ouvi dizer que vários dirigentes do MPLA foram formados na Europa oriental. Mas como Nkrumah demonstrou, por exemplo, os estudantes africanos não estão obrigatoriamente devotados aos seus antigos mestres quer eles sejam Russos, Ingleses ou Americanos. Os dirigentes do MPLA não são influenciados outrossim, numa revolução social em Portugal e em Angola e estando decididos firmemente a governar-se por si mesmos, importam-se pouco com a cor da pele dos futuros angolanos. De fato, muitos deles têm sangue branco nas veias, o que leva certos partidários de Holden Roberto a dizer que o MPLA não é um movimento verdadeiramente africano sendo a única força revolucionária da África. Mesmo que isso seja momentaneamente verdade, não vemos como se podem estabelecer critérios permanentes neste domínio. Numa entrevista com Agostinho Neto, mas vi o seu colega Andrade e o seu rival Roberto. Os dois estão na casa dos trinta e dispostos a resistir até ao fim. Os dois falam português e francês perfeitamente, um inglês quase correcto e pelo menos uma língua indígena. Chego a pensar se eles não foram predestinados a serem líderes desde a infância como os bailarinos.

ENSINO

(...) Soube, que em Angola as escolas pertencentes ao governo ou às missões, possuem cerca de 135.000 alunos, empregam vários milhares de professores africanos e algumas centenas de professores brancos. Mas à medida que sobe o nível de ensino, o número dos escolarizados e a proporção dos negros sofrem uma queda vertical. Em 1958, houve apenas 2.000 candidatos aprovados no exame de admissão das cinco escolas superiores oficiais; menos de 1/50 era de origem africana ou mestiça. Er-

tre os africanos havia 97% de analfabetos; entre os brancos de Angola cerca de 20%. Em Portugal há 40% de analfabetos.

De Luanda tomei o avião para uma cidade do sul chamada Sá da Bandeira, capital de distrito situada a menos de 1.300 metros de altitude. Ao aterrizar veio ao meu encontro o secretário do governador do distrito. Em Angola, somos sempre aguardados por alguém, pelo menos se ao chegar a Luanda, contactarmos com o Secretariado de Informação e Turismo. De outro modo é difícil falar com alguém ou mesmo viajar, pelo menos na zona dos exércitos. Uma das frases mais catastróficas, que se pode dizer a um oficial é: "Por favor, não se incomode por minha causa". É exatamente o que digo no meu francês lamentável ao secretário do governador.

UM LIBERAL DO SUL

(...) Lançou o jeep através da cidade com um soberano desprezo pelos cruzamentos. Vimos o palácio do governo, o casino local, um parque e pavilhões de cor pastel com jardins traçados geométricamente. Dir-se-ia o subúrbio moderno de uma cidade; mas esta em contravies ainda a seis quilómetros. Perguntei ao meu novo amigo quantos habitantes havia e ele respondeu-me: 15.000 — o que me pareceu pouco. Insistindo, constatei que ele queria dizer: 15.000 brancos. No total há uns 50.000 habitantes. Passamos diante de uma piscina em que nadavam crianças brancas; um garoto africano de 12 a 13 anos cavava uma trincheira bem perto dali. Vi nos bairros de Sá da Bandeira, crianças brancas que derroto se não teriam sentido a vontade naquela piscina. Viviam como africanos que, eram frequentemente seus vizinhos e até mesmo familiares.

Disseminadas através da região, camufladas pelo arvoredo e pregas do terreno há centenas de palhas africanas. Só conseguimos descobri-las seguindo um fino traço de fumaça azul no céu pardacento...

Os liberais que encontrei em Lisboa deram-me uma carta de apresentação para um homem a quem chamarei senhor Lourenço de Matos, pois pediu-me para não citar o seu nome. Fui visitá-lo a casa num dos pavilhões de cor pastel. Quando nos instalámos nos cadeiros estofados do salão, perguntei-lhe se os americanos haviam "traído" Portugal como alguns oficiais pretendiam. Respondeu-me em tom grave: "Sim, na minha opinião, os Estados Unidos na verdade traíram Portugal e também Angola. Mas não na ONU, como afirmam os nossos jornais (e a maioria das pessoas aqui só lêem os jornais oficiais) ... A verdadeira traição surgiu no fim da guerra. Veja a maioria dos portugueses e eu creio poder honestamente dizer a maioria — julgou que o fim das outras ditaduras lhe permitiria desembarçar-se da sua. Depois verificaram que os americanos e os ingleses sustentavam Salazar. Sabe fomos muitos os que durante a guerra fomos presos para nos opormos ao fascismo. Se vocês nos tivessem ao menos deixado agir em vez de tutelar a ditadura!".

Nesta altura a senhora Matos, jovem simultaneamente gentil e grave trouxe cerveja espumosa e sentou-se a ouvir.

"Sabe, que aqui no Sul, votámos em Delgado em 60%. Creio que foram eleições leais; isto é creio que não tínhamos mais de 60% dos votos. O governo enganou-se: julgou que não teríamos qualquer chance. Não votámos em Delgado porque ele nos agradasse, mas porque Salazar nos desagradava.

A "RAINHA" DO CONGO

(...) Em São Salvador aguardava-me o governo em péso cinco homens; dois "chefes de posto" jovens; dois homens ligeiramente mais velhos que deviam ser secretários e um homem muito mais velho que desempenhava a função de governador. Convidaram-me delicadamente a ir a suas casas e partimos de jeep para dar uma volta... Era estranho ver uma cidade de mais de 500 anos de idade, agrupada em torno de um se-

roporto. Aqui, a vida reúne-se em volta das pistas de voo, como antigamente se comprimia nas garças das cidades fronteiriças americanas.

Um dos "chefes de posto" resolveu falar comigo em francês. No Norte fala-se quase tanto o francês como o português. O meu "chefe de posto" era um homem novo, tenso e nervoso, de bigode dominador. Disse-lhe que esperava ver a rainha do Congo. "Oh, sim acho que ela terá muita satisfação em recebê-lo; há meses que não temos visitas". Depois acariciando o bigode com um dedo trémulo, acrescentou: "Esperava que o seu avião trouxesse o meu substituto. Estou aqui há dois anos". Respondei-lhe que, pelo menos trabalho não faltaria: "Oh, isso não é nada. O pior é que por causa do terrorismo renviaram todas as mulheres para Luanda".

Logo no primeiro dia, o meu chefe de posto marcou encontro com a Rainha. Antes de ir vê-la, mostrou-me a cidade inteiramente rodeada de arame farpado com um projector colocado de vinte em vinte metros, apontado sobre o mural invadido pelo acanto — A pista de voo divide São Salvador, ao mesmo tempo social e materialmente. Do nosso lado, os edifícios administrativos, os armazéns e as casas particulares, compreendendo a da Rainha. Do outro, um aglomerado de palhotas, onde não vi homens. O chefe de posto explicou esta ausência pela partida dos homens para "atividades concernentes à defesa", mas declarou logo que os africanos não gostam de trabalhar e deixam as tarefas para as mulheres executarem. Aqui só fiz contactos muito superficiais. A guerra tinha já efectuado a sua obra de desconfiança.

CONVERSA COM "SUA MAJESTADE"

Quando nos dirigíamos a casa da Rainha, o chefe de posto disse-me: "Sua Magestade não pode tomar qualquer decisão respeitante ao seu povo sem consultar os seus grandes conselheiros. Se alguma vez agisse de outro modo, deixaria de ser rainha. Pode perguntar-lhe o que quiser, mas com certeza não vai receber respos a imediata".

O "palácio" formava um conjunto heteróclito: uma grande construção e outras mais pequenas agrupadas à volta de um pátio de terra batida. Na soleira Sua Magestade aguardava-me, escoltada por sete ou oito homens incrivelmente velhos, em uniformes arcaicos e desbotados. A Rainha era uma mulher agradável e riu-se de chuchuda, envolta num robe encomendado por correspondência, em que ela se enrolava como se os costureiros da corte o tivessem tailhado para ela. Faz-me entrar mostrou-me as fotografias, e os presentes dos antigos reis de Portugal e alguns trajes de corte, de veludo, púidos. Havia também uma coroa, lastimavelmente quebrada, uma espada e um ceptro. Isto constituía quase todo o mobiliário. Estes símbolos do poder, dos quais o poder desertara, ganhavam assim ali, uma espécie de nobreza.

Fui convidado a fazer uma pergunta: "Que pensa Sua Magestade, dos problemas atuais do seu governo?" Depois de ter consultado do um velho trajado de vermelho bordado a ouro, respondeu que essa era uma pergunta que exigia uma reunião do conselho e que no dia seguinte eu receberia a resposta. Todos se arrastaram até à porta para ver partir o visitante. No pátio erguia-se uma arvore enorme, que havia servido outrora para enforcar os condenados. Era o único símbolo do poder que não tinha perdido a sua força.

Antes de partir, no dia seguinte, com efeito, recebi a resposta da Rainha, cuidadosamente redigida em papel pautado, numa letra envelhecida mas bem talhada. O documento trazia em primeiro lugar a minha pergunta: A resposta começava por recordar os laços entre o Congo e Portugal e terminava assim: "Nós desejasmos testemunhar na presença de Vossa Excelência, que somos portugueses, e seremos sempre portugueses e quem quer que se disponha a invadir qualquer parcela da terra portuguesa terá de passar sobre os nossos cadáveres, pois defendê-laemos até à última gota de sangue".

O NORTE — ZONA INTERDITA

(...) Se tinha viajado facilmente pelo Sul, tive a maior dificuldade de em visitar o Norte, onde a maioria das estradas são interditas aos estrangeiros. Quir ver Or-

Vitória da Unidade: Apoio Total aos Estudantes Prêso

Não se passou uma semana desde o início do ano — e já lá vão dois meses — sem que se realizasse algures uma grande concentração estudantil, com todos os participantes dispostos a lutar contra a policia.

A grande Assembléia do dia 19

A Cidade Universitária foi o palco principal desses «meetings» empolgantes, embora mais de uma vez os moços universitários tenham enfrentado a PIDE e a PSP nas ruas, lutando desarmados contra os esbirros do fascismo, como aconteceu no dia 2 de fevereiro, junto ao Tribunal da Boa Hora. A última dessas concentrações realizou-se no dia 19 de fevereiro, coincidindo com o discurso pronunciado por Salazar no ato de posse da Comissão Executiva da União Nacional. Enquanto todo o aparelho de propaganda do regime se mobilizava para dar à farsa as aparências de grande acontecimento nacional, mais de quinhentos estudantes reunidos no recinto da Cidade Universitária levavam a efeito uma assembleia ao ar livre, para reafirmar a sua disposição de continuarem na luta até à libertação de todos os colegas presos. Nesse empolgante «meeting», a presença da PIDE não impediu que vários oradores fizessem veementes críticas ao governo fascista, indiferentes às ameaças da PSP que cercara a Cidade Universitária. Um dos estudantes denunciou as torturas praticadas, acusando a PIDE de recorrer inclusivamente a drogas para obter falsas confissões dos jovens presos. Quando um provocador ao serviço da PIDE tomou a palavra para se declarar de acordo com a tese oficial segundo a qual os detidos eram «agitadores comunistas» foi ruidosamente vaiado e expulso da assembleia. Foi depois aprovada uma moção exigindo das autoridades universitárias assistência jurídica, médica e religiosa aos estudantes presos. Encerrada a assembleia, os participantes da mesma, ao entrarem na cantina universitária, protestaram aos brados contra a «má alimentação», exigindo que a administração daquele serviço fosse confiada aos próprios estudantes.

Foi no dia 6 de Fevereiro que o famigerado Plenário da Boa Hora tornou público as sentenças que atingiram os primeiros estudantes submetidos a farsa do julgamento. O «tribunal», sob a presidência do desembargador Antonio de Almeida Moura, considerou os réus culpados de pertencem ao Partido Comunista Português e de terem desenvolvido ações contra a segurança da Nação». Eis as listas das penas: Augusto Guimarães de Moraes, de 22 anos, do Instituto Superior Técnico, 18 meses de prisão correccional e suspensão dos direitos políticos por 5 anos; Maria Angela Guimarães de Moraes, de 27 anos, já licenciada em Farmácia, 12 meses de prisão correccional e suspensão de direitos políticos por 5 anos; Rui Manuel Faure da Rosa, de 20 anos, do Instituto Superior Técnico, 15 meses de prisão correccional e suspensão de direitos políticos por cinco anos; Jorge Torres de Vasconcelos 21 de anos, do Instituto Superior Técnico, 13 meses de prisão cor-

recional e suspensão dos direitos políticos por cinco anos. Todos os réus foram condenados a pagar dois mil escudos de imposto de justiça.

A indignação aumenta

Como não podia deixar de acontecer, a solidariedade da população aos estudantes é integral. É significativo o facto de que as violências policiaes têm contribuído para despertar a indignação de setores da pequena burguesia cuja apatia em relação à luta travada contra o fascismo vinha funcionando em benefício do governo fascista. Agora, vendo os filhos presos e torturados, processa-se em milhares de pais de família uma rápida tomada de consciência que os leva a interessarem-se com paixão por problemas que desconheciam.

Quanto à solidariedade da classe operária, manifestou-se desde o principio das perseguições aos estudantes. Nas fábricas circulam prospectos sobre os acontecimentos denunciando a feroz repressão policial e convidando os operários a formarem comités de unidade para apoio à luta da juventude universitária. Numerosos operários vêm também colaborando na difusão de outros textos, levando-se ao conhecimento de todos os setores da população.

Por outro lado, a direcção da «Acção Democrática Social» — movimento oposicionista que embora não autorizado pelo Governo não vem sendo alvo de perseguições — tornou já publicos vários protestos contra os maus tratos infligidos aos estudantes. Numa mensagem enviada ao «presidente» da Republica, os dirigentes da ADS solicitam concretamente a dissolução do Governo chefiado por Salazar, acusando-o de constituir um obstáculo com sua obstinação e cegueira ao processo pacifico da Nação». É significativo que tratando-se de um movimento que faz questão de se declarar não revolucionário, os signatários neguem as acusações feitas aos estudantes, atribuindo-as às «necessidades da propaganda governamental». O eng. Cunha Leal, conhecido liberal e figura mais destacada do momento, em carta pessoal ao Cardeal Cerejeira censura-o pelo seu silencio em face das violências cometidas contra os estudantes e convida a hierarquia da Igreja a rever a sua posição, retirando ao governo fascista e à sua politica o apoio que lhes vem concedendo.

A agitação nos Liceus

Em quase todos os liceus de Lisboa e em muitos da Provincia, reina uma extraordinária efervescencia. As ameaças dos reitores não bastam para impedir as reuniões de alunos onde são debatidos acaloradamente os assuntos relacionados com o movimento universitário. Entretanto o que mais contribuiu para reforçar a solidariedade natural dos rapazes do ensino secundário aos seus colegas da Universidade foi a prisão de José Augusto Silva, de 15 anos, detido a 21 de janeiro pela PIDE sob a acusação de ser membro do Partido Comunista Português! No Liceu Pedro Nunes, logo que se soube a noticia, a agitação assumiu grandes proporções, até porque simultaneamente com aquele estudante haviam sido também presas quatro raparigas, a mais velha das quais com 17 anos. No dia seguinte, à entrada das aulas, foram distribuidas cópias de cartas abertas remetidas ao ministro da Educação por professores e alunos. Posteriormente, surgiu um prospecto intitulado «Informação à Comunidade Escolar» relatando que na ultima semana a PIDE detivera mais 30 estudantes, seis dos quais com menos de 17 anos. Esclarecia-se ainda que o jovem José Augusto Silva se encontrava em regime de total incommunicabilidade, não permitindo a PIDE que lhe fossem encaminhados alimentos, vestuário nem sequer artigos de higiene pessoal.

É interessante salientar que o moço em referencia foi sempre um aluno distinto, jamais deixando de figurar no quadro de honra. Para obter a sua condenação a Policia montou uma grotesca farsa. Medi-

ante julgamento sumário, o Tribunal de Menores a quem fora encaminhado, pô-lo à inteira disposição da PIDE pelo prazo de quatro meses, o suficiente para que perca o ano. No «julgamento» não foi autorizado a dispor de advogado de defesa... Um provocador, sobrinho do marechal Craveiro Lopes, filiado na Legião Portuguesa, tem-se apresentado ostensivamente armado e busca todos os pretextos para rixas que permitam a invasão do Liceu pela Policia. Os alunos voltam-lhe as costas, não lhe dirigindo a palavra. Quando o tio morreu, recentemente, declarou a sua «alegria» pois o «velho estava a virar».

O luto na Universidade

Reproduzimos abaixo o editorial «O Luto na Universidade» com que «Binómio», boletim da Associação dos Estudantes do IST, marcou o seu reaparecimento no auge do movimento universitário:

«A Universidade de Lisboa ao entrar em luto académico não quis fazer ouvir a sua voz apenas no nascer de uma nova crise, mas também protestar contra um novo tipo de ataque que sofreu, no desenrolar do já longo processo universitário.

Habitados ao uso de todos os meios pelas entidades oficiais, ora suspendendo os corpos gerentes e encerrando as instalações, ora passando ao processo da inquisição sumária dos dirigentes, responsabilizando-os pela vontade manifestada pelos estudantes em órgãos que funcionam democraticamente, e expulsando-os em seguida, ora ainda prendendo indistintamente estudantes pelo crime de trabalharem nos seus órgãos, de através do seu trabalho quererem construir uma Universidade que não seja só o lugar onde uns ensinam e outros escutam, mas seja antes de tudo um corpo vivo que dignifique a nação de que faz parte.

A nota da PIDE, tornada pública no passado dia 22 de janeiro, responsabilizando pelo movimento associativo os dirigentes, que seriam intérpretes de uma facção politica, a Universidade responde, com um luto de protesto e indignação mostrando inequivocamente que o movimento associativo não é propriedade exclusiva dos dirigentes ou de qualquer facção politica.

É por isto que a PIDE tenta a todo o momento «reforçar» a sua posição, extrair dos detidos confissões por meios que repugnam à nossa condição de homens. Foi assim que, martirizado por tais violências, e depois de submetido a intensos interrogatórios aviltantes da dignidade humana, o nosso colega Fernando José Baeta Neves tentou contra a sua existência, encontrando-se presentemente em perigo de vida. Foi assim, também, que como certamente a sua condição de católico praticante (dirigente da JUC) não viesse à entidades oficiais foi recusada assistência religiosa ao nosso colega Salgado de Matos.

Colega: é contra estas violências e estas prisões que protestamos. É contra uma ideia do homem que permite que impunemente se prenda, torture e ameace a vida de quem luta por uma Universidade digna, útil e livre».

«Unidade Estudantil» acusa!

A medida que o movimento universitário se fortalece a imprensa academica, legal e clandestina, vem assumindo uma extraordinaria expansão. Bem se pode afirmar que os jornais estudantis, impressos ou mimeografados, andam de mão em mão pelas ruas de Lisboa, chegando também ao Porto, a Coimbra, a Évora, a Faro e a outras cidades. Um dos mais largamente difundidos é «Unidade Estudantil», cuja criação foi decidida pelas Associações de Estudantes de Lisboa logo após as primeiras violências cometidas contra a Universidade. É do seu numero de 26 de janeiro que transcrevemos as seguintes passagens sobre o histórico plenário que repudiou as calunias contidas nos comunicados fascistas do Governo:

«Os estudantes da Universidade de Lisboa reunidos em Assembleia Plenária:

1 — Declaram que a atitude assumida durante a comemoração do chamado Dia da Universidade não representou desrespeito do corpo docente mas outrossim prova publica da repulsa contra as agressões à Universidade e contra quem, dentro da Universidade, tem sancionado com as suas atitudes tais agressões. 2 — Declaram que não se tratou de atitudes de minorias mas da expressa vontade da grande massa dos estudantes que, de forma alguma, pode ficar insensível à violencia da repressão ao Movimento Associativo.

3 — Confirmam a sua total adesão às Associações de Estudantes e a todas as medidas por estas tomadas que visam à libertação dos colegas presos.

4 — Lamentam que a autoridade máxima da Universidade de Lisboa se tenha mostrado solidária com a repressão.

5 — Apelar para a consciencia do corpo docente e exortam-no a tomar a posição que sua dignidade de universitários e de homens lhes deve ditar.

Novas Brutalidades da PIDE

Publicamos abaixo na integra o texto de um dos ultimos comunicados das Associações de Estudantes em que são relatadas novas violências cometidas pela Gestapo portuguesa e denunciada a hipocrisia das autoridades fascistas.

«Foi enviado no dia 29 (janeiro) ao Presidente da Republica, Ministro do Interior e Bastonário da Ordem dos Médicos, o seguinte telegrama:

«Marília Matos Cunha Rua Claudio Nunes 71 Lote — 3 Esquerdo Lisboa Mulher Medico estagiária Maximino José Vaz da Cunha preso Ordem PIDE dia 21 protesta veementemente e afilivamente contra tratamento infligido durante interrogatorios sofridos naquela policia durante sessenta horas sem dormir em virtude dos quais se encontra internado Hospital Ordem Terceira completamente perturbado nem sequer lembrando nomes filhos exclamando apenas que a PIDE é uma organização infernal ponto rogo afilivamente a imediata intervenção vossa excelencia a fim evitar meu marido caia completa loucura e continue a ser torturado ponto Rogo a Vossa Excelencia tudo quanto possa fazer por meu marido por tudo quanto mais sagrado tenha neste mundo.

Repetimos a transcrição atrás feita, da alinea b) da nota officiosa do Ministério do Interior.

«b) nenhum detido foi submetido a maus tratos ou violências de qualquer natureza».

A nota officiosa foi publicada no dia 28.

O Maximino foi internado no dia 29.

Não comentamos. Apenas lamentamos a triste coragem de quem, no pleno conhecimento dos fatos, produz afirmações como a anterior.

Recordemos a Gina Azevedo: submetida a uma junta médica devido à energica pressão do Pai, teve de ser internada no Hospital Miguel Bombarda, com graves perturbações mentais. Agora, é a vez de Maximino Vaz Cunha. Perguntamos: Quem se seguirá?

Por outro lado foi verificado pelas familias dos presos que, nas visitas que tiveram na passada terça-feira os nossos colegas manifestavam, de modo geral, uma attitude estranha, uma excitação e por vezes, uma euforia, absolutamente injustificadas.

A Pide prometeu acelerar as averiguações. O Maximino foi internado ao fim de sessenta horas consecutivas de interrogatório, ao fim das quais os seus pés inchados rebentaram os sapatos.

Que processos está a Pide a usar nos interrogatorios não nos parece licito nem humano, comprometer a saude fisica e mental dos nossos colegas a favor da rapidez das investigações NADA o justifica.

PRISÃO DO PRESIDENTE DA C.P.A. DOS LICEUS, JOAQUIM VITAL

O nosso colega Joaquim Vital, foi preso pela Pide, na Reitoria do

6 — Propõem que esta moção seja desde já divulgada na Universidade.

Os estudantes da Universidade de Lisboa reunidos em Assembleia Plenária, declaram repudiar por completo a ação e existencia do criminoso organismo que é a P.I.D.E., ação perniciosa que se faz sentir não só sobre os estudantes, mas também sobre toda a Sociedade Portuguesa.

Os estudantes da Universidade de Lisboa reunidos em Assembleia Plenária, aprovam o luto académico já decretado em algumas Escolas e determinam Luto Geral para 3.a feira dia 26 de janeiro.

Os estudantes da Universidade de Lisboa reunidos em Assembleia Plenária, convocam uma Assembleia plenária para 3.a feira, dia 26, às 12 no I. S. T. para deliberar sobre o fim do Luto e outras medidas a tomar em defesa dos estudantes presos.

Estas foram as moções aprovadas pelos mil e quinhentos estudantes que ontem se reuniram na Cidade Universitária. Todas elas foram aprovadas por aclamação».

Liceu Gil Vicente. Foi asseverado ao Reitor que o nosso colega seria libertado poucas horas depois, após breve interrogatório. Passada a hora marcada, o Reitor do Liceu, alarmado telefonou ao Ministro da Educação Nacional e ao Director da Pide ameaçando demitir-se caso não fosse cumprida a promessa feita.

Perante esta attitude digna, a Pide libertou o nosso colega, no dia 29 à noite.

Ontem, às onze horas da manhã quando se dirigia para o Liceu; Joaquim Vital foi novamente preso pela Pide».

Estudantes Prêso

No momento em que fechamos esta edição de «Portugal Democrático» encontramos ainda presos, entre outros, os seguintes estudantes:

- Faure da Rosa, IST; José Moraes, IST; M. Angela Moraes, Farmácia; J. Vasconcelos, IST; Quartim Costa, Direito Eurico Mamede, Direito; A. Melo, Agronomia; Alvaro Santos, Comercial; P. Frenthental, IST; A. Gouveia, Agronomia; José Neto, Letras; José Rijo, ESBAL; A. Saraiva, Agronomia; Mário Neto, IST; Graça Filipe, ESBAL; N. de Almeida, ESBAL; Gina Azevedo, ESBAL; Taborda, Ciências; A. Melo, Comercial; Régio, Comercial; J. Bettencourt, IST; Garcia Pereira, IST; Jorge Araújo, IST; Eduardo Medeiros, IST; Carlos Marum, Ciências; Crisóstomo Texeira, Ciências; Carlos Sabrosa, Medicina.



Baeta Neves, o estudante que depois de interrogado e torturado pela PIDE engoliu as lentes dos óculos.

PORTUGAL DEMOCRATICO

Vergonhosa conduta da Prof.^a Virginia Rau

Embora a grande maioria dos professores universitários se tenha absteído de tomar partido contra os estudantes, não obstante hoje gozam muitos deles de uma relativa confiança do Governo — só de 35 a 47 houve 34 mestres vítimas de depurações da PIDE — têm-se registado alguns casos penosos de servilismo e colaboração com as autoridades fascistas. O mais notório é o da professora Virginia Rau, directora da Faculdade de Letras. Informada de que o estudante Joaquim Fortilheiro, na sua qualidade de dirigente da CPA, presidira a uma reunião de alunos, mandou chamá-lo ao seu gabinete para lhe declarar que "o responsabilizava totalmente por todos os acontecimentos que ocorressem na Faculdade fóra da vida normal da mesma", acrescentando que tendo ocorrido "grave indisciplina académica e sido violado o estatuto universitário" iria participar ao Reitor Paulo Cunha, a fim de que este procedesse devidamente. Na mesma manhã, essa senhora que envergou o magistério universitário, chamou também à sua presença os estudantes Medeiros Ferreira, e Maria Emilia Brederode Santos acusou-os igualmente de "incitadores à revolta" e esclareceu que iria participar deles, ao Reitor P. Cunha.

A firmeza e a coragem com que se batem os estudantes traz-nos a reconfortante certeza de que no Portugal de amanhã livre das cadéias do fascismo, não haverá lugar nas Universidades para pessoas do estof moral da sra. Virginia Rau.

O caso de Gina de Azevedo

Um dos casos que mais indignação causou em Lisboa foi o da jovem Gina de Azevedo, barbaramente torturada pela PIDE. Publicamos a seguir a carta que seu pai, o jornalista Manuel de Azevedo, conhecido democrata, enviou ao ministro do Interior:

"Minha filha, Maria Georgina Maia de Azevedo estudante da Escola de Belas Artes de Lisboa, de 20 anos, solteira e residindo com os pais, foi detida no dia 25 de novembro último, às sete horas da manhã, pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado. Só hoje pelo meio dia me foi autorizado visitá-la em Caxias, apesar de uma incommunicabilidade de mais de doze dias ser inteiramente ilegal visto que a chamada "incommunicabilidade absoluta" tal como o preceitua o Código do Processo Penal, não poder exceder três dias.

Acontece, porém, muito pior quando me foi dado ver a minha filha através de duas redes, tive dificuldades em conhecê-la. O seu aspecto era absolutamente cadavérico, não conseguia coordenar as ideias e tinha dificuldade em articular as palavras.

Além disso, não conseguia manter-se em pé, nem andar sem se amparar às paredes. Tudo isto mostra claramente que durante doze dias esteve isolada na sede da PIDE sujeita a um tratamento violento, sujeita à tortura do sono e, porventura, a outras violências. Tudo isto feito a uma rapariga melhor, que nunca havia sido presa e sempre vivera na casa paterna!

Será este o método que a polícia está a utilizar para extorquir confissões que possam justificar a "Nota Oficiosa" de 4 do corrente sobre as prisões de dezenas de estudantes universitários; mas eu pergunto que valor podem ter depoimentos obtidos deste modo e se é legítimo um país civilizado permitir, em nome seja do que for, a prática de tais violências.

Sollicito a Vossa Excelência providências imediatas, como é de justiça".

O escândalo foi tão grande que a PIDE teve de recuar. Gina de Azevedo acha-se agora internada sob prisão no Hospital psiquiátrico Miguel Bombarda, por decisão unânime de uma junta médica formada de dois médicos indicados pela PIDE e outros dois pela família.

Situação prisional de outros estudantes

É a seguinte a situação prisional de vários estudantes cujo estado

inspira serios cuidados:

JOSE MORAIS: sofre de asma crónica e recentemente teve uma pleuresia; foi submetido a dois períodos de 5 dias de tortura do sono e foi recusada pela PIDE a assistência médica várias vezes requerida pela família e pela direcção da AEIST.

CRISÓSTOMO TEIXEIRA: — após a sua prisão foi publicada uma Nota Oficiosa acusando-o de pertencer ao Partido Comunista. Lembremos a anterior nota oficiosa referente ao nosso colega José Luis Sanches, muito semelhante a esta, e que o Sanches, após ser julgado no dia 10 de Dezembro foi condenado a 5 meses de prisão, aliás já cumpridos, não tendo provado a sua pretensa acção subversiva.

Sabemos já que o Crisóstomo sofre uma hemorragia local após os interrogatórios a que foi submetido.

JOSE NETO (Palhinhas): durante o suplício do sono desmaiou por duas vezes.

JOAQUIM BETTENCOURT: tem uma úlcera nervosa e sofre de crises cardíacas e seu estado de saúde actual é grave.

CARLOS SABROSA: sofre de hemorroida; doença que se agrava extraordinariamente com a humidade dos curros.

CARLOS MARUM: Sofreu 8 dias de tortura do sono, só ao fim de 10 dias pôde receber a família que o achou completamente irreconhecível.

Ao estudante Salgado Matos dirigente da JUC, foi recusada assistência religiosa. Temos também notícia de que se encontram pelo menos mais cinco estudantes nos famigerados curros: Artur Pinto e Fernando Rosas, de Direito, Pinho Monteiro e Max de Medicina, e Gabriel Morato, de Económicas e Financeiras.

A repressão na Universidade do Pôrto

Logo que a Associação Académica de Coimbra e as associações estudantis do Pôrto se mobilizaram para emprestar a sua irrestrita solidariedade aos colegas de Lisboa, a PIDE preparou-se para desencadear o terror policial contra os alunos daquelas Universidades. Em Coimbra, devido às condições peculiares da Universidade e ao apoio constante que os estudantes recebem da população, não tiveram os esbirros policiais condições para se alargarem em violências. Entretanto, no Pôrto já as coisas se passaram de outra maneira. No dia 28 de janeiro, quando se procedia à distribuição de comunicados sobre os acontecimentos de Lisboa, as Faculdades de Ciências e de Economia foram invadidas por grande número de agentes da PIDE que procederam à identificação de vários alunos. Horas depois, no Café Universidade todos os estudantes que eram comunicados foram submetidos a breve interrogatório e intimados a entregar os prospectos.

Telegrama de Londres

Os estudantes ingleses foram dos primeiros a testemunhar a sua solidariedade aos seus colegas de Lisboa vítimas das violências da PIDE. Assim, o presidente da Associação do University College, de Londres, em nome de 4700 estudantes telegrafou ao presidente da Associação do Instituto Superior Técnico condenando as prisões e declarando-se solidário com a luta travada em Lisboa pela autonomia universitária.

A solidariedade do Brasil

No Brasil, a repercussão da onda de terror desencadeada contra os estudantes foi considerável, particularmente nos meios intelectuais e estudantis. Quase todos os grandes jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, além de publicarem extenso noticiário sobre o assunto, condenaram nas suas secções de editoriais as violências, criticando acerbamente a ditadura salazarista. Transcrevemos a seguir por ser um dos mais expressivos, o comentário publicado pelo "Correio da Manhã",

em 23 de janeiro, sob o título "Autonomia e Liberdade":

"Desde a morte do estudante João Martins Branco, há mais de 30 anos, vítima dos atos de violência da polícia do Pôrto, na Faculdade de Medicina, pode-se dizer que um conflito, ora ostensivo ora latente, existe entre o governo português e os estudantes. Depois de 1933, os expurgos se acentuaram, de professores e alunos, nas universidades, como fenómeno simétrico, em Portugal, da tendência da Europa pela vitória do nazismo, a firmar e estabilizar os sistemas e métodos totalitários, nas suas diferentes variedades.

Mas a geração actual, e nisso reside o aspecto mais importante do problema, foi já nascida e criada dentro das normas do governo de Salazar, tendo contudo mantido a linha de insubmissão e de reivindicações democráticas. Para justificar a repressão, em virtude de protestos dentro de universidades europeias e norte-americanas, o governo procura convencer a opinião pública no exterior de que se trata de comunistas, afirmação que dentro do país é recebida com um sorriso entre cético e divertido. Cético porque num país em sistema não democrático, de qualquer índole, as notas oficiais merecem limitado crédito aos particulares divertido porque se a afirmação fosse verdadeira provaria a estranha e irónica alquimia de um governo de direita que, depois de quase 40 anos de poder, consegue transformar os filhos das classes ricas e conservadoras em agentes "subversivos", para usarmos uma expressão agora "d'aquém e d'além mar".

Na verdade, as reivindicações dos estudantes portugueses são legitimamente, e tão só, democráticas: autonomia da Universidade, e libertação dos colegas presos".

Por sua vez o "Jornal do Brasil" órgão bastante conservador e cuja directora a condessa Pereira Carneiro, já foi recebida por Salazar várias vezes, tendo sido agraciada por ele com uma alta condecoração, publicou no dia 30 um artigo assinado pelo sr. Marinho de Azevedo de que transcrevemos abaixo algumas passagens, elucidativas da opinião que fazem hoje no Brasil do fascismo português até aqueles que sempre o defenderam:

"A atividade revolucionária dos exilados portugueses, que data de muitos anos, está começando a responder agora uma onda de agitação dentro de Portugal. Terça-feira depois de quatro dias de luto académico pela prisão de colegas, 500 universitários de Lisboa enfrentaram a Polícia de Salazar aos gritos de "abaixo o fascismo". Na véspera eles já haviam realizado uma grande reunião no centro de Lisboa.

(...) Mas é a própria ordem que Salazar impôs ao país e às colónias ultramarinas que torna insustentável, a longo prazo, a organização salazarista. Portugal, encravado numa Europa rica, continua um país sem indústrias. As classes pobres vivem miseravelmente e sem possibilidades de emprego. A mão-de-obra portuguesa que, por tantos anos, emigrou para o Brasil, afliu hoje em grande quantidade para os países mais industrializados da Europa, principalmente Alemanha e França.

Nas colónias africanas a situação é semelhante. O nativo africano, através de regulamentações da Metrópole, vive em condições das menos satisfatórias. Em entrevista publicada há alguns meses no Figaro de Paris, Salazar demonstra com clareza suas crenças racistas. As dificuldades que Portugal encontra na ONU — que Salazar acusa de ser um organismo dominado por comunistas e africanos — são um reflexo desse estado de coisas.

(...) O início de um período de agitação dentro de Portugal poderia ser, agora, ensejo a que se fortaleça, nas classes dominantes, a ideia que Salazar estaria ultrapassado pelos acontecimentos. O que aconteceu ainda é pouco para que se possa avaliar a intensidade do descontentamento português. Mas, se as coisas forem mais longe, a incongruência escondida da ordem salazarista poderá se transformar em desordem aparente.

Protesto de Intelectuais

A reacção nos meios intelectuais foi especialmente viva. Uma das iniciativas que melhor espelha a in-



Liberdade para os estudantes! Liberdade para os presos políticos! Abaixo a PIDE!

dignação suscitada pelas violências da PIDE é a carta que um numeroso grupo de escritores de São Paulo decidiu enviar ao "presidente" Americo Tomás, no dia 18 de fevereiro ligando simbolicamente esse gesto à homenagem que prestavam ao grande pensador católico Tristão de Ataíde, candidato virtual do Brasil ao Premio Nobel de Literatura. O documento é do seguinte teor:

Excelência:

Reunidos na solenidade da entrega do Prêmio "O INTELLECTUAL DO ANO" ao eminente escritor Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Athayde), os signatários, escritores de São Paulo, sentem-se no dever, pela força dos laços que os prendem a Portugal e por fidelidade a princípios inerentes à sua condição de intelectuais democratas, de transmitir a V. Exa. a profunda preocupação que lhes causa a sorte de dezenas de estudantes portugueses que aguardam julgamento nas prisões de Lisboa, acusados de haverem participado de manifestações de solidariedade a colegas condenados nos tribunais plenários por crimes políticos. A emoção suscitada em todo o Brasil pelas violências policiais cometidas contra os estudantes de Lisboa é tanto maior no sector universitário e nos meios intelectuais em geral quanto acontecimentos recentes nos trouxeram uma noção mais exacta dos males irreparáveis de toda a política que, para atingir os seus fins, desrespeite os direitos do homem e tente sufocar a inteligência e a cultura. Precisamente por isso, no dia em que a "intelligentsia" de São Paulo, ao prestar justíssima homenagem ao insigne pensador cristão Alceu Amoroso Lima — provável candidato do Brasil ao

Prêmio Nobel de Literatura — afirma nesse mesmo gesto a sua intransigente fidelidade a valores de que é símbolo a sua obra de exaltação da dignidade e da liberdade humanas, não podíamos deixar de vir junto de V. Exa. solicitar se digne tomar as providências necessárias para que sejam restituídos à liberdade todos os estudantes portugueses que se acham presos por motivos políticos."

Assinaram, entre outros, os seguintes escritores: Sergio Milliet, Paulo Emilio Salles Gomes, Paulo Mendes de Almeida, Helena Silveira, Pascoal Melantônio, Inda Soares Casanova, Osorio Alves de Castro, Paulo Dantas, Samuel Pessoa, Reinaldo de Castro, Francisco de Sousa Santos, Rolando Roque da Silva, Caio Porfirio Carneiro, Silvio Monteiro, Claudio Gimenez, Marcos Rey, Luiz Roberto Salinas Fortes, Braulio Pedrosa e Ibiapana Martins, secretário da União Brasileira de Escritores.

Telegrama de Ruy Gomes e José Morgado

Por intermédio da Revista Seara Nova, os professores Ruy Luis Gomes e José Morgado, da Universidade de Recife, hipotecaram também a sua solidariedade aos estudantes. Damos abaixo o texto do telegrama que enviaram em 26 de janeiro ao diretor da citada revista:

"Como professores universitários repelimos atitude indigna Senado Universitário de Lisboa. Afirmamos absoluta solidariedade estudantes — Ruy Gomes, José Morgado.

As Manifestações dos Estudantes e os Problemas do Ensino - I

VITOR RAMOS

As últimas manifestações estudantis verificadas em Lisboa trouxeram para o primeiro plano da actualidade política um dos sectores tradicionalmente mais desprezados pelo regime de Salazar: o do ensino. Os movimentos dos estudantes têm recebido de Salazar, também, tradicionalmente, apenas uma resposta: trata-se de manifestações de carácter político, que o governo não atenderá, a não ser com a força da repressão policial.

É evidente que as manifestações têm carácter político e só um governante cego e inepto como Salazar se admirará que assim seja; qualquer observador medianamente informado poderia prever que a Política, que Salazar um dia lançou violentamente pela porta fora, lhe entraria em casa no outro dia, também violentamente, pela janela. Que a política recomece a assumir a importância que na verdade lhe cabe na vida da nação é absolutamente normal; que ela tome a juventude como veículo, mais do que normal, é salutar.

Entretanto, esse carácter das manifestações, normal e salutarmente político, não deve levar-nos a esquecer aquilo que directamente as provoca: a situação angustiosa de todos os graus do ensino em Portugal. O índice de analfabetismo no nosso país (40% é vergonhoso, atendendo a que se trata de um país europeu) tem um carácter tão chocante que em geral os críticos do regime de Salazar

não precisam utilizar mais do que esse elemento para mostrar o descalabro do sistema educacional do Estado Novo. É necessário, porém, ir mais longe, mostrando que a situação é igualmente chocante em todos os graus do ensino.

Observemos, em primeiro lugar, que das 160.000 crianças que se matriculam todos os anos na escola primária, 40.000 ficam pelo caminho, sem conseguirem acabar esse ciclo; apenas 120.000 terminam a 4.ª classe. A obrigatoriedade da instrução primária, que é o mínimo exigível por qualquer país medianamente desenvolvido (recoremos que Portugal era ainda há pouco o país da Europa com menor escolaridade obrigatória: apenas 4 anos) não é portanto uma realidade entre nós para um quarto das nossas crianças.

Esta proporção dos que o governo deixa sem instrução vai ainda tornar-se maior à medida que avançamos no nível do ensino. Desses 120.000 que fizeram a quarta classe menos de um terço consegue ter acesso ao ensino secundário. Resulta daqui, portanto, que a nação está perdendo, todos os anos, enquanto Salazar ocupa o poder, a possibilidade de proporcionar o ingresso no curso secundário a três quartas partes dos (Continua na página 6)

Pela amnistia e contra a repressão

Aproveitando-se da campanha de terror desencadeada contra os estudantes, a PIDE vem desenvolvendo em todo o País uma onda de violências, realizando prisões em massa. Por outro lado, nos tribunais têm sido condenados dezenas de patriotas após julgamentos que são verdadeiras farsas.

11 ANOS PARA ANTONIO DIAS LOURENÇO

Um dos "julgamentos" que foi acompanhado com maior emoção por todas as camadas da população foi o de Antonio Dias Lourenço, por se tratar de um patriota com um grande passado de lutas ao serviço da causa da libertação do povo português. "Julgado" simultaneamente com sua mulher, Colélia Maria A. da Silva, o conhecido dirigente da classe operária impôs-se aos juizes do Plenário do Porto ao longo da farsa jurídica a que o submeteram, justificando plenamente o imenso prestígio popular de que goza. Foi condenado a 11 anos de prisão maior com as famigeradas "medidas de segurança" que equivalem à prisão perpetua. Colélia da Silva foi condenada em cinco anos e um mês, sendo também atingida pelas "medidas de segurança".

MAIS CONDENAÇÕES

Sob a presidência do desembargador Decio de Almeida Moura o Plenário Criminal da Boa Hora "julgou" e condenou Manuel Antonio Gomes, de 24 anos, trabalhador, a 16 anos de prisão; e Ernesto Joaquim Gomes, de 43 anos, trabalhador, a dois anos de prisão, com "medidas de segurança".

No momento em que fechamos esta edição devem também já ter sido condenados os seguintes patriotas que estavam sendo "julgados" pelo Plenário do Porto: José Henrique Mota, Renato de Oliveira, Joaquim da Silva Sobra, Manuel Fernandes da Rocha Figueira, Afonso José Gonçalves Braga, Agostinho Delfino Fernandes e José Luis Almeida Pinto.

LIBERTEMOS AIDA PAULA!

Em Portugal vem assumindo grande repercussão a campanha iniciada pela libertação de Aida Paula, patriota que está cumprindo o seu sexto ano de cadeia. Presa pela PIDE em dezembro de 58 foi pouco depois condenada em dois anos e meio, mas continua ainda nas enxovias da Gestapo portuguesa. Prepara-se agora a PIDE para obter do Tribunal a decretação de novo período de "medidas de segurança". É contra essa infamia que se mobilizam as vontades de dezenas de milhares de democratas portuguesas. É preciso salvar Aida Paula das mãos dos carrascos fascistas, recuperando-a para o convívio dos seus familiares. Cabe recordar, no momento em que tão bela campanha se desenvolve, que Aida Paula tem consagrado toda a sua existência à luta pela liberdade. Detida pela primeira vez em 1939 a sua vida passou a ser, desde então um combate permanente contra os inimigos do povo, lutando sempre contra o fascismo, tanto na cadeia como nos raros períodos de liberdade que lhe consentiram. Os exemplos de Manuel Rodrigues da Silva, Ivone Lourenço, Maria da Piedade Gomes dos Santos e tantos outros dizem-nos que Salazar e a PIDE recuam sempre que campanhas em favor de presos políticos alcançam uma grande repercussão internacional, mobilizando a solidariedade de personalidades e entidades de todo o mundo. É preciso, imprescindível, que uma vez mais isso se verifique, agora em benefício de Aida Paula. Desde já solicitamos, portanto, a todos os nossos leitores e amigos que dirijam protestos e abaixo-assinados ao "presidente" Tomas e aos ministros da Justiça e do Interior de Salazar. A intervenção das entidades femininas, sejam elas de natureza cultural, estudantil ou humanitária ganha nessa campanha uma importância particular. **LIBERDADE PARA AIDA PAULA!** é o grito que os democratas portugueses

emigrados devem levar a toda parte.

MANUEL GUEDES: PROSEGUE A CAMPANHA!

Um exemplo da receptividade que tais campanhas encontram é nos oferecido pelo caso de Manuel Guedes. Três meses decorridos sobre o momento em que os democratas portugueses, no Interior e no Exterior, trouxeram a público o escândalo representado pela prisão de Manuel Guedes depois de cumprida a pena em que fora condenado, o nome daquele patriota alcançou já ressonância mundial. E informaram-nos de Lisboa que se contam por milhares as cartas, telegramas, apelos e abaixo assinados que têm sido recebidos pelas autoridades fascistas, exigindo a imediata libertação de Manuel Guedes. Correm ter sempre presente que lutar pela causa de Manuel Guedes não é apenas lutar por uma vítima isolada do fascismo: é também lutar contra as abjectas "medidas de segurança", pela amnistia e contra o terror policial no seu conjunto.

A FEDERAÇÃO SINDICAL MUNDIAL E JOSE VITORIANO

Um dos indícios mais expressivos da extraordinária penetração atingida pela campanha mundial em favor da amnistia aos presos e exilados políticos portugueses é a diversificação das iniciativas tomadas em favor dos que sofrem nas masmorras da PIDE. Actualmente, por exemplo, simultaneamente com as campanhas que visam a obter a libertação de Aida Paula e Manuel Guedes principia a tomar forma outra: a que exige a restituição à liberdade do dirigente operário José Vitoriano. Quem centraliza no momento os esforços feitos nesse sentido é a Federação Sindical Mundial. O seu secretário, Roberto Hernlo, acaba de dirigir a todas as centrais nacionais filiadas à entidade uma circular sobre o caso de José Vitoriano, acompanhando esse documento de abundante material de informação sobre a repressão anti-operária e anti-democrática em Portugal. Esclarece o secretário da FSM que a sua Comissão Sindical e Jurídica já tomou providências para organizar uma larga campanha de solidariedade a

JOSE VITORIANO.

A atenção e o carinho que a luta dos trabalhadores portugueses contra o fascismo vêm merecendo dos dirigentes da Federação Sindical Mundial reflecte-se aliás no relevo com que um dos últimos números de "La Prensa Sindical", órgão da entidade, transcreve do jornal clandestino português "O Textil" um oportuno artigo sobre as lutas reivindicativas que em Portugal deservem os trabalhadores da indústria têxtil.

PROVOCAÇÕES RIDICULAS DA PIDE

Não contente com a onda de terror que vem desencadeando sobre o País, com o beneplácito do decrepito ditador, a PIDE entregou-se em Fevereiro a algumas provocações ridículas e insolentes, susceptíveis de criarem incidentes internacionais. A primeira delas teve como vítima a princesa Maria Pia de Bragança que foi detida e vexada na fronteira portuguesa e daí conduzida a Lisboa. Nenhuma acusação concreta podiam as autoridades fascistas formular contra aquela senhora. Desagrada-lhes contudo o fato de, tratando-se de uma filha do rei D. Carlos, fazer questão de proclamar sempre os seus sentimentos democráticos. Efectivamente, mais de uma vez D. Maria Pia se manifestou contra a política de repressão do fascismo, chegando a dirigir apelos a Salazar a favor da libertação de presos políticos. Não podia o governo perdoar-lhe semelhante atitude de independência e dignidade. Daí os vexames que lhe infliziram agora. Numa grotesca tentativa de justificar a atitude do governo — pois o episódio teve repercussão internacional — o Ministério dos

Negócios Estrangeiros veio a público com explicações idiotas, alegando que Dona Maria Pia havia sido detida "em vista de suas actividades ilegais como falsa pretendente ao trono português". O "esclarecimento" serviu para teria de inúmeros comentários jocosos da imprensa europeia.

Outra provocação da PIDE foi a que atingiu o eng. João dos Santos Baleizão quando, em viagem de lua de mel, chegou recentemente a Lisboa. Embora se tratasse de um cidadão brasileiro, com a sua documentação toda em ordem, a PIDE não hesitou em detê-lo à chegada, submetendo-o a interrogatório, pelo facto de antes de se haver naturalizado, haver, como português, participado de actividades da emigração democrática. Não pôde, porém, a policia política levar mais longe a sua manobra de intimidação, sendo forçada a libertar o eng. Santos Baleizão.

PRISÕES EM MOÇAMBIQUE

Entre as ultimas "iniciativas" da PIDE em Moçambique figura uma ofensiva desencadeada contra os intelectuais. No momento encontram-se presos entre outros, o pintor Malangatano Valente, e os escritores Luiz Bernardo e Romulo Silva.

Um Americano em Angola

(Continuação da Pag. 3)

mona, um dos centros dos motins da U.P.A. tornada base de operações militares anti-rebeldes. Passou-se lá um dia. Fui recebido por Fernando dos Santos C. Subtil, membro do governo do distrito e sua encantadora esposa, que como logo me apercebi, procurava consolidar as minhas ideias sobre Angola.

"Alguns dos nossos terroristas vêm do Congo, afirmou ela. Prometem a um negro rude — "Ajuda-nos a expulsar os homens brancos e terás tudo o que eles têm: as suas casas, as suas mulheres, tudo". As vezes os analfabetos acreditam-no. Sabe, o negro não gosta de trabalhar. Nunca pensa no amanhã. E' por isso, que esta ideia de liberdade é tão falsa".

Vi muitos camiões com os vidros forrados de postigos de metal. Num deles li: "Volontaires pour Toujours" — OS SEMPRE VOLUNTARIOS — Sabia que logo depois da rebelião, a defesa havia sido confiada essencialmente aos voluntários. Presentemente há um exercito de 55.000 homens em Angola, estando mais da metade no Norte. Perguntei à senhora de Subtil se na sua opinião a maioria dos terroristas era protestante. Ela respondeu: "Sim, creio que sim. Alguns missionários protestantes incitaram à revolta, não sei porque e sinto-me desolada ao dizê-lo, porque muitos deles eram americanos". Lançou-me um olhar prenhe de censuras.

Para me dirigir a São Salvador, tive de voltar a Luanda e apANHAR ali outro avião. Sobrevoei as cidades devastadas, pelas represálias consecutivas à rebelião. Pela janela do avião, imaginei facilmente uma guerrilha de umas boas dezenas de anos neste país de florestas densas, de savanas cobertas de acauto e de pantanos.

OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 20 às 20,30 e das 22,15 às 22,45 (hora de Portugal) na banda de 32 metros e das 0,30 às 0,50 nas bandas de 36,40 e 43 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

Os Problemas do Ensino

(Continuação da Pag. 5)

seus filhos: de 160.000 que entraram na escola primária apenas 40.000 podem aceder ao grau seguinte.

A filtragem é tão rigorosa que menos de dez por cento chega ao fim. Em 1957 o número de estudantes que terminou o curso liceal foi de 3.094 em todo o país! O confronto deste número com os 160.000 do início do curso primário é tão gritante que dispensa qualquer comentário.

Pelas estatísticas da UNESCO (de 1961) verifica-se que Portugal além de ser a nação com menor escolaridade obrigatória, é também o país europeu com menor nível de escolaridade: apenas 12,2 estudantes por cada 100 habitantes. A média do resto da Europa era, no mesmo ano, de 17,2 por 100. Pois assim mesmo, com esta proporção de escolares tão baixa, não dispõe o país de uma rede de escolas capaz de os albergar, nem de um corpo docente em número suficiente para lhes ministrar ensino.

Para exemplificar, basta ver que no ano corrente, só em Lisboa e Porto, seriam necessários mais 13 liceus (ou seja 30 por cento da totalidade dos existentes no país) para atender a população escolar secundária. Quanto aos professores, e também só a título de exem-

plo, recordemos que, enquanto em 1963 havia mais 20.371 estudantes do que em 1953, nesses mesmos dez anos o número de professores efectivos havia baixado em 57 unidades. As razões deste abandono da profissão docente devem procurar-se sobretudo na baixa remuneração dos professores. Após um curso de 6 ou 7 anos (4 ou 5 de Faculdade e 2 de estágio pedagógico) que a maioria só com grande sacrifício consegue fazer, o professor ingressa na carreira, como agregado, com um vencimento de apenas 3.333.000 escudos por mês (cerca de 200.000 cruzeiros). A sua situação agrava-se ainda nos meses de verão em que, nas chamadas férias grandes, é lançado compulsoriamente para o desemprego, pois o governo não lhe paga esse período em que "não trabalha". Se esse mesmo professor, tendo-se distinguido no seu curso, tiver um convite para começar uma carreira universitária, essa distinção custa-lhe a cara, pois entrará na Universidade, como segundo assistente, ganhando ainda menos: 3.200.000 escudos mensais, numa situação que se prolonga normalmente por muitos anos.

Compreende-se desta forma que também no plano universitário seja grande a falta de professores. Recordando mais uma vez as estatísticas da UNESCO verificamos que, enquanto no ensino superior da Alemanha Federal a proporção de professores e estudantes é de 1 para 13 e na Inglaterra de 1 para 6, em Portugal essa proporção é a seguinte: nas Faculdades de Ciências há um professor para, em média, 31 alunos; nas Faculdades de Letras 1 para 41 e nas Faculdades de Direito 1 para 47!

O ensino em Portugal encontra-se pois, quantitativa e qualitativamente, na pior situação da Europa: por um lado o nível de escolaridade é o mais baixo, portanto o nosso país tem menos estudantes, proporcionalmente, que qualquer outro; por outro lado, embora os estudantes sejam poucos, os professores para atender ao seu ensino são ainda menos, o que os leva a ter de atender um número mais elevado de alunos do que os seus colegas de outros países, e isto evidentemente só se consegue mediante a diminuição da qualidade do ensino ministrado.

Quem duvidará, perante esta situação, que as manifestações dos estudantes sejam um grito de desespero? Os nossos jovens, vindo para a rua, vaiando o Reitor, desafiando a repressão, estão praticando um ato político de repúdio ao governo, no uso de um direito que lhes assiste: o direito de alguém que se sente diretamente atingido por esta política de extermínio cultural. (Continua)

SALAZAR IMPORTA CARNE E ENERGIA...

Como se não bastassem as tremendas despesas da guerra colonial, o governo fascista português vem agravando a crítica situação das classes trabalhadoras com as últimas medidas da sua catastrófica política económica, na tentativa de enfrentar uma situação que dia para dia se torna mais insustentável. Pela primeira vez na história de Portugal, incluiu-se a importação de electricidade. Ascendem já a mais de dois milhões e duzentos mil quilowatt-hora as quantidades de energia eléctrica compradas à Alemanha Ocidental e à Suíça e recebidas por intermédio das redes francesa e espanhola. Essa corrente de divisas drenada para o estrangeiro vale por um desmentido formal oposto à propaganda fascista que durante anos pretendeu persuadir o País que "as grandes barragens de Salazar" haviam resolvido definitivamente o problema do abastecimento de energia. Portugal não é hoje apenas a nação europeia de mais baixo consumo PER-CAPITA de electricidade: é também um dos raros países do mundo que importa energia eléctrica. Por outro lado, para enfrentar a crise decorrente da alta de géneros de primeira necessidade, Salazar acaba de recorrer à Romenia (um dos odiados países socialistas, onde, segundo a propaganda fascista, o povo morre de fome), para importar 1.500 toneladas de carne ao preço de 665 dólares a tonelada.

Apóio do Brasil à FPLN

Em reunião na sede, em São Paulo, do Centro Republicano Português, foi constituída, em 12 de Fevereiro, uma Comissão de Apoio à Frente Patriótica de Libertação Nacional. Nessa reunião foi elaborado o seguinte documento, logo expedido para Argel, e dirigido à Junta Revolucionária Portuguesa: São Paulo, 12 de Fevereiro de 1965.

"Prezados Companheiros:

Reunidos em Assembléa no Centro Republicano Português no dia 12 do corrente, democratas portugueses representando as várias organizações democráticas de São Paulo, decidiram constituir uma Comissão de Apoio à Frente Patriótica de Libertação Nacional, depois de chegarem à conclusão que a criação de um tal organismo se tornava necessária para centralizar, e coordenar os esforços a desenvolver, tanto no meio brasileiro como entre os emigrados portugueses, no sentido da realização prática das seguintes tarefas:

- Divulgar os objectivos da Frente Patriótica de Libertação Nacional;
- Difundir toda a documentação proveniente da Frente Patriótica de Libertação Nacional que se destine à opinião pública;
- Realizar outras tarefas de propaganda e solidariedade;
- Estabelecer contactos;
- Angariar fundos para a Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Desta Comissão de Apoio fazem parte os seguintes democratas: Maria Archer, Capitão João Sarmiento Pimentel, Carlos Assumpção Neves, Manuel Garcia, Alfredo Masson, Maria Irolinda de Jesus Roque, Manuel Rocheta, Joaquim José, José Rodrigues Portela, Helder Costa, José Mário da Silva Bodas, Fernando Ramos, Mário José Fernandes, Francisco Sarmiento Pimentel, Francisco dos Santos Gomes, Maria Manuela Gouveia Antunes, Raul Ciríaco da Cunha, Victor Ramos, Miguel Urbano Rodrigues, Manuel Moura, Alexandre Pereira, João Apolinário, Manuel Soares, Lenine de Jesus Alexandre, Joaquim Barradas de Carvalho e Maria Aldina de Jesus Alexandre.

Oportunamente comunicaremos os nomes de outros companheiros convidados a integrar a Comissão entre os quais se contam: Manuel Rodrigues da Silva, Abílio Rodrigues da Silva, José Pedroso de Lima, Adolfo Casais Monteiro, Carlos Cruz Sidónio Muralha, Arminio de Azevedo, Jorge Fidelino de Figueiredo, Fernando Lemos, João Paulo Casais Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva e Joaquim Duarte Baptista.

Para maior eficiência a Comissão deliberou-se a criação de duas sub-comissões: Propaganda e Finanças.

Para vosso conhecimento informamos que toda a correspondência deve ser endereçada em nome do Secretário da Comissão, Joaquim Barradas de Carvalho, para a Rua Conselheiro Furtado, 191, sala 2.

O SECRETARIO
Joaquim Barradas de Carvalho

PORTUGAL DEMOCRATICO

A Luta da Classe Operaria Pequenas Noticias

LISBOA (Do Correspondente) — O ano de 1965 promete ser um ano de lutas para o povo português. A extraordinária amplitude atingida pelo movimento estudantil não é produto do acaso nem consequência de iniciativas isoladas. Paralelamente a batalha conduzida pelos estudantes, outras lutas, não divulgadas pelas agências internacionais, assinalam a ascensão do movimento popular em combatividade e organização. Nos últimos meses de 64, assim como em Janeiro e Fevereiro do ano corrente, a classe operária desencadeou de Norte a Sul do País uma verdadeira ofensiva de acções reivindicativas que surpreendeu primeiro e alarmou depois o governo fascista, colocando em pânico os exploradores do povo. A alta crescente do custo de vida responde os operários com iniciativas que traduzem o alto nível da sua organização e a consciência perfeita que têm da exploração de que são vítimas e que tende a acentuar-se em decorrência do péso da guerra colonial sobre a economia do País.

Na impossibilidade de apresentarmos o panorama completo das lutas travadas em centenas de empresas damos abaixo um breve resumo das principais:

Na CUF, apesar das ameaças do fascista Jorge de Melo de suprimir o chamado "mérito", os operários mantêm-se firmes na luta travada pelo aumento de dez escudos, pelo pagamento do 7.º dia e pelo salário igual para trabalho igual. A greve de trabalho lento - cêra - generalizou-se a todas as secções da empresa, atingindo particularmente o setor têxtil, onde a quebra de produção é sensível. Os métodos utilizados pela administração para fazer face às legítimas reivindicações do pessoal vêm esbarrando com o espírito de luta deste. Assim, a prisão de quatro operários da oficina

de reparação motivou imediatamente um abaixo assinado de todos os seus companheiros exigindo da administração o despedimento de um tal Inácio, espião ao serviço, da PIDE e dos diretores da empresa. Por outro lado, as comissões de unidade, fortalecidas no decorrer da luta, esperam poder variar brevemente as formas desta, iniciando paralizações de uma hora que atinariam alternadamente todas as secções das fábricas do monopólio.

Na empresa do Lavradio, os operários da secção de Ureia e Amoniaco queixaram-se em exposição das arbitrariedades nas promoções e apresentaram longa lista de reivindicações, na qual figura a exigência de um horário de seis horas. Em MATOSINHOS, na fábrica têxtil da Juta, também pertencente à CUF realizou-se uma greve vitoriosa pelo aumento de salários.

Na CAVAN, onde a luta do pessoal já forçara a administração a ceder alguns pequenos aumentos, uma comissão de 15 operários considerando essas migalhas insuficientes, dirige a luta por novos aumentos. O apoio à Comissão de Unidade é unânime e entusiástico.

Na empresa VAZ GUEDES a luta por um aumento geral de 10 escudos prossegue, tendo, finalmente, sido constituída uma Comissão de Unidade para dirigir o combate dos operários.

Na Trefilaria de SACAVEM as perspectivas de uma vitória dos operários na sua luta pelos 12 dias de férias são agora excelentes. O pessoal, ali, exige também o pagamento dos feriados.

Em numerosas empresas industriais de ALHANDRA, ALENQUER, VILA FRANCA DE XIRA, ALVERCA, e POVOA DE SANTA IRIA, os operários, organizados quase sem-

pre em Comissões de Unidade, desenvolvem lutas reivindicativas que têm como plataforma comum a exigência de um aumento de 10 escudos nos salários.

Na empresa de viação CLARAS, em TORRES NOVAS, iniciou-se recentemente movimentação do pessoal no sentido da obtenção de melhores salários. Entretanto, embora o entusiasmo dos operários seja grande, a ausência de uma Comissão de Unidade prejudica a marcha da luta.

Em ALCANENA, os operários dos Cortumes prosseguem na batalha travada pela revisão do Contrato Colectivo que querem impor. Os proprietários das várias empresas do ramo, amedrontados, já concederam pequenos aumentos. Exigem os operários que sejam estabelecidas apenas duas categorias ganhando respectivamente 54 e 52 escudos em vez das três previstas. Reivindicam também seis dias de férias para o pessoal com um ano de casa e 12 dias e subsídio de 100% para quem tenha mais de dez anos de casa.

Na CAESA NERY, em TORRES NOVAS, os operários daquela empresa metalúrgica conseguiram um aumento de salários após longa luta, admiravelmente conduzida. O argumento decisivo junto do proprietário foi uma concentração do pessoal acompanhada da declaração de que ninguém pegaria mais no trabalho caso as reivindicações coletivas não fossem atendidas.

O sector bancário apresenta igualmente excelentes perspectivas de luta. Em Lisboa, no Porto e em Coimbra, milhares de bancários comparecendo às assembleias gerais, mostraram a sua disposição de se baterem pela satisfação das suas justíssimas reivindicações. A exigência de uma revisão do Contrato Colectivo de trabalho imposto pelos banqueiros é geral, entusiasmando toda a categoria profissional.

Na CARRIS DO PORTO, onde os funcionários vêm lutando há muito contra os abusos de que são vítimas, reina tremenda efervescência contra a insistência da administração em violar o Acordo Colectivo. Segundo este, o pessoal supra não poderá exceder um terço do efectivo. Ora, na realidade, constitui quase metade o que representa uma forma de roubo nos vencimentos, agravando a situação de inferioridade em que se acham os funcionários em relação aos da CARRIS DE LISBOA, onde o padrão de ordenado é bem mais alto.

Uma das vitórias mais significativas ultimamente obtidas pelos trabalhadores foi a dos ardinas do "DIARIO DE NOTICIAS". No dia 11 de Outubro cerca de 100.000 exemplares daquele órgão profascista não foram levantados na expedição pelos vendedores depois de incidentes que se transformaram em Lisboa no assunto do dia. A administração do jornal — nomeada pela Caixa Geral de Depósitos a fim de aumentar o número de páginas de publicidade sobrecarregou as oficinas, pelo que a edição de 11 de Outubro só ficou terminada às 10 da manhã. Não contavam porém a administração e a direcção do jornal com a reacção dos ardinas. Ora estes, indignados, resolveram fazer greve! Cabe recordar que é tradicional a hostilidade dos ardinas de Lisboa ao "Diário de Noticias".

« O Trabalhador »

Em Paris foi publicado em Dezembro mais um número de "O Trabalhador", jornal editado em língua portuguesa. Além de muitas informações do interesse dos portugueses que exercem a sua actividade em França, e que são esclarecedoras sobre o admirável espírito de compreensão e de solidariedade dos operários portugueses para com seus colegas franceses, participando activamente do debate de todos os problemas que os afectam e dos movimentos colectivos, o "Trabalhador" insere a segunda parte das resoluções da III Conferência da FPLN e variado noticiário sobre a repressão fascista em Portugal e a campanha mundial pela amnistia.

Para fazer face às despesas crescentes da guerra colonial, o governo fascista português acaba de lançar um empréstimo de vinte milhões de dólares na praça de Nova York. Na propaganda que fez da operação a "Dillon Read Company", agente de Salazar, dizia tratar-se de uma iniciativa da República Portuguesa...

A General Trade S. A. empresa de financiamento suíça, fechou contrato com o governo de Salazar pondo à disposição de vários monopólios com interesses em Angola a soma de um milhão de contos. O povo português pagará os juros.

A aliança entre os racistas sul-africanos e os fascistas portugueses é cada vez mais íntima. Nada menos de três bancos portugueses instalaram agências na África do Sul: o Banco Ultramarino, o Banco Comercial de Angola e o Banco de Angola.

O líder monárquico-fascista Santos Costa, ex-ministro da Defesa,

foi contemplado com a presidência do conselho de administração da Companhia de Petróleos de Angola.

O governo português acaba de inaugurar a exportação de um novo produto: azinheiras de Fátima. A primeira já seguiu para os Estados Unidos, para ser exposta no Estádio de Long Beach, toda iluminada e com flores brancas...

Uma firma alemã foi autorizada a exportar tabaco de Angola. Outras empresas alemãs estão interessadas em explorar o mesmo ramo, também na região de Ganguelas, onde o "negocio" lança na miséria os pequenos produtores africanos.

O novo ministro dos Negocios Estrangeiros do Chile, sr. Gabriel Valdés, afirmou há dias a sua simpatia pela política colonialista de Salazar. O povo chileno, entretanto, tem repudiado essa política em inúmeras ocasiões, através das suas entidades de classe, dos seus intelectuais e dos seus estudantes.

TRIBUNA DO LEITOR ESCLARECIMENTO E PROPAGANDA

Do jornalista Francisco Vidal recebemos a seguinte carta:

A última edição do seu jornal, na secção "Notas e Comentários", e sob o título "Esclarecimento e Propaganda", publica um interessante artigo assinado M. S., que me apresso a aplaudir com entusiasmo, até porque a maior parte das vezes não é essa a atitude que me suscitam as notas assinadas com as mesmas iniciais.

Com efeito tem o articulista inteira razão ao dizer que há que escrever bem aquilo que se pretende difundir, para o que se deve contar com "verdadeiros jornalistas", portanto profissionais. E' também muito significativo o facto citado de "nós não produzirmos 10% sequer do consumo que presentemente nos oferecem publicações e emissoras estrangeiras".

Creio que o autor do artigo não está inteiramente ao corrente do que se passa com os, digamos, organismos dirigentes da Oposição no que se refere às solicitações que estes dirigem, ou deveriam dirigir, aos que fazem parte da mesma sem no entanto militarem em determinadas correntes e estando portanto afastados das cúpulas, se assim lhe podemos chamar. Pela parte que me toca certo que uma parcela dessa lacuna a que M. S. se refere poderia ser sanada se os tais organismos dirigentes da Oposição se dirigissem aos que combatem a ditadura salazarista, pedindo-lhes colaboração no sentido da que cita. Pelo que me é dado saber essa colaboração, para que se escrevam textos destinados a serem difundidos por outras vias que não apenas o "Portugal Democrático", textos não assinados traduções etc, não estão as cúpulas habituadas a solicitar a quem a elas não pertença. Como resultado há um acúmulo de trabalho para alguns enquanto outros folgam. Culpa destes? Não, apenas culpa dos que não pedem ajuda nesse sentido a ninguém, ignoro porque motivos.

Como jornalista profissional estou sempre inteiramente ao dispor, dentro do limite da minha capacidade e tempo, para dar uma ajuda nesse campo. Podem contar comigo como poderão contar com outros que, igualmente como eu próprio, nunca foram abordados a este respeito. Cordiais saudações".

N. da R. — Congratulamo-nos pelo facto de um conhecido democrata, como o eng. Francisco Vidal, autor de valiosos trabalhos jornalísticos sobre o problema da Saúde Pública em Portugal, colocar a sua pena à disposição dos organismos que dirigem a luta do povo português pela sua libertação. E' evidente que o Departamento de Propaganda da FPLN, tendo sido criado recentemente, por ocasião da III Conferência, não se acha por hora em condições de estabelecer contacto com muitos intelectuais emigrados para lhes solicitar o tipo de colaboração

O Obscurantismo Salazarista-VI Ainda a Investigação Científica

Joaquim Barradas de Carvalho

No último número do nosso jornal propuzemo-nos tratar neste artigo da última vítima do ódio à cultura e à investigação por parte das entidades oficiais portuguesas: o Professor e investigador Vitorino Magalhães Godinho, ex-Professor contratado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ex-Professor Catedrático do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, antigo investigador do "Centre National de la Recherche Scientifique" em Paris, Diplomado pela Escola de Altos Estudos da Universidade de Paris, Doutor em Letras pela Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Paris, e sem dúvida o maior historiador português contemporâneo, depois do desaparecimento de Jaime Cortesão, Duarte Leite, Veiga Simões. Mas deixamos ainda o Professor Vitorino Magalhães Godinho para o próximo artigo, para nos ocuparmos hoje de um "eminente" historiador salazarista: o Dr. João Ameal, autor, entre outros trabalhos, de uma "História de Portugal", o Dr. João Ameal, ao contrário do Professor Vitorino Magalhães Godinho, não é um perseguido pelo regime salazarista. E' bem pelo contrário, um protegido do regime. Lembrámo-nos do Dr. João Ameal porque o acaso trouxe-nos às mãos o "Diário de Noticias" de 18 de Dezembro passado, e nele se vê o Almirante Américo Tomaz, que exerce actualmente as funções de Chefe de Estado, condecorando no Secretariado Nacional de Informação (S.N.I.) o citado historiador com o grau de Grande Oficial da Ordem de Cristo. No arrazoado do órgão officioso do Governo Salazarista transcrevem-se palavras de um discurso do Dr. Moreira Baptista, Secretário Nacional de Informação, em que este classifica o Dr. João Ameal como um intelectual que "honra a Pátria", "pois de ninguém é desconhecido o seu labor construtivo, tenaz, fecundo, patriótico". Vejamos pois uma amostra que nos parece bem representativa deste "labor construtivo, tenaz, fecundo, patriótico". Esta amostra pertence à sua maior obra, a sua galardoada "História de Portugal. No Capítulo 6.º, intitulado Tarde de Aljubarrota, a página 179-180, escreve

o "construtivo, fecundo e patriótico" historiador: "E pelo meio dia — sol a prumo, calor sufocante, maciço a esmagar a larga perspectiva soturna (sic) — esse poder revela-se, súbito, aos olhos dos portugueses. O exército inimigo desponta, cresce, alastra, imenso e colorido — acaba por inundar, como num espraia de maré densa, a várzea fronteira. Um rio de gente te fulgir, inumerável, sob o esplendor solar. À frente, vem a cavalaria aparafusa, com armaduras que parecem espelhos, sob uma floresta de plumas e de estardartes. Depois uma infantaria sem fim, em que se acumulam contingentes de muitas terras e raças — desde os besteiros de Castela aos francos de Béarn e da Gasconha e ao milhar de portugueses que um destino sombrio liga à invasão da pátria. Na cauda, uma confusa massa humana: carros, animais de carga, rebanhos de gado — cortejo impressionante..." (sic) (Sublinhados meus). Parece-me serem dispensáveis os comentários...

O Dr. João Ameal é, como não podia deixar de ser, membro da Academia Portuguesa da História e a sua "História de Portugal" obteve, como também não podia deixar de ser, em 1941, por unanimidade, o Prémio Alexandre Herculano, conferido pelo Secretariado Nacional de Informação (S.N.I.)...

O Dr. João Ameal é, na companhia de Costa Brochado, uma espécie de historiador oficial do regime salazarista. Mas não nos espantemos demasiado com os comços dislates deste intelectual que "honra a Pátria", pois um não menos conhecido intelectual salazarista, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa escreveu um dia, numa tese sobre as crises económicas portuguesas (ver página 7), que "Portugal exportava vinhos da Madeira no reinado de D. Fernando"... Este "insigne" Professor Catedrático chama-se ou chamava-se Ruy Ulrich... Enfim, a demissão do Professor Vitorino Magalhães Godinho da Universidade de Lisboa e a recente condecoração do Dr. João Ameal dão bem a medida do que se passa no "austero e sério" Portugal de Salazar.

PORTUGAL DEMOCRATICO
 DIRETOR RESPONSÁVEL
 Otávio Martins de Moura
 SUCURSAL
 RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel.: 43-0202
 REPRESENTANTES
 RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 - 1.º
 CURITIBA: A. Ferrer — Rua João Pessoa, 67.
 LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141.
 PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio — R. Dr. Flores 26 — Rio Grande do Sul.
 PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 - Pelotas - R. Grande do Sul
 INGLATERRA: British Committee 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.
 HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat 13 — Amsterdam — C.
 CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 10 — Eden Place Toronto 2B — Ontário
 VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas.
 URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo, n.º 2.128, Distrito 5 — Montevideo.
 CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Urada — Praha.
 FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" 29, rue St. André des Arts, Paris — 6.º eme.
 REDAÇÃO
 Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo.
 EXPEDIENTE
 Dias úteis: das 19 às 22 horas
 sábados: das 15 às 19 horas.
 Número avulso: Cr\$ 50
 Assinatura anual Cr\$ 1.500
 Ass. p/o Exterior: US\$ 15,00
 Ano IX x N.º 92 - Março - 65
 Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

Colonialismo e Anticolonialismo

Guiné

Por iniciativa do Departamento de Informação e Propaganda do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, o cineasta francês Mario Marret acaba de realizar no território guineense um documentário a cores que mostra aspectos da vida e do trabalho nas regiões já libertadas pelos patriotas de Amílcar Cabral e foca também a luta que os combatentes do PAIGCV travam no maquis. A fita, cujo título original é "Lula Quema" (Quando a grande planície se incendia), será apresentada brevemente em várias capitais africanas e constitui o mais irresponsível desmentido oposto às falsidades divulgadas pela propaganda colonialista portuguesa sobre a guerra que há ano e meio ensanguenta a Guiné. As empresas ou entidades culturais interessadas na aquisição de cópia podem solicitá-las ao Departamento de Propaganda do PAIG, caixa Postal 298, Conakry, República da Guiné.

A ORGANIZAÇÃO DAS ZONAS LIBERTADAS

Em todas as regiões libertadas que correspondem a mais de um terço do território, a vida das populações guineenses organiza-se segundo novos padrões, de acordo com as exigências da guerra desencadeada contra essas zonas pela aviação de Salazar. Isso não impediu que a colheita dos principais produtos agrícolas tenha sido este ano muito abundante, superando os índices da época da ocupação colonial. Por outro lado, no terreno da instrução, o número de alunos aumentou consideravelmente nas escolas do PAIGC sendo ainda de registrar a publicação de um primeiro livro de leitura. A secção comercial do partido alcançou também uma grande vitória com a instalação em vários pontos das regiões libertadas de grandes armazéns intitulados "Lojas do Povo" onde as populações podem abastecer-se de numerosos bens de consumo e, em especial, de vestuário.

VITÓRIAS MILITARES

Durante a segunda quinzena de janeiro o PAIGC, que agora dispõe de um exército regular, obteve importantes vitórias na sua luta contra as tropas colonialistas portuguesas. Assim, no dia 22 de janeiro, uma subsecção de comandos atacou e destruiu o quartel português de Guidage, próximo da fronteira do Senegal. As baixas naquela unidade colonialista ascenderam a 30 homens, tendo ainda sido apreendido bastante material de guerra.

No dia 26 de janeiro outro destacamento atacou o quartel de Barros situado na margem do Cacheu. O assalto, iniciado de noite prolon-

gou-se até ao alvorecer. Grande parte das instalações ficaram destruídas, sendo elevadas as perdas da guarnição.

Finalmente, no dia 30 de janeiro na região de Boe, a feste do País, um grupo especial do exército popular, equipado com bazookas destruiu duas Mercedes onde viajavam 40 soldados portugueses, 38 dos quais perderam a vida durante a refrega.

Angola

Ninguém mais em Angola alimenta ilusões sobre os resultados da "pacificação". Os próprios comentários do alto comando fascista se encarregam de chamar à realidade os colonos através da enumeração dos combates que se travam diariamente em várias regiões do território angolano.

Na segunda metade de janeiro a actividade militar foi particularmente intensa. Na zona de Congonongo as tropas colonialistas portuguesas foram rudemente experimentadas no decurso de um ataque que desfecharam e que lhes custou numerosas baixas, apesar de haverem contado com o apoio maciço da força Aérea. Houve igualmente combates de importância variável nas regiões dos Dembos, rio Angulo, Massongola, Ucuja e Donga. Na serra do Cazungo, os guerrilheiros angolanos infligiram baixas a uma formação que os atacou.

A circunstância de o chamado comando das Forças Armadas se referir agora em seus comunicados com maior frequência à participação da Marinha de Guerra nos combates é encarada como uma confissão de que a guerra, longe de diminuir de intensidade, tende pelo contrário a assumir proporções bem maiores.

O GRAE E A OPOSIÇÃO LIBERAL PORTUGUESA

A propósito da notícia segundo a qual as autoridades fascistas portuguesas se propunham libertar os patriotas angolanos incriminados no famigerado "Processo dos Cinquenta", o número de 9 de janeiro do Boletim "Angola Informantions" (edição de Argel) inseriu um artigo contendo severas críticas a aqueles portugueses que "sendo contra o regime totalitário de Salazar em Portugal não assumem, na verdade, posições nitidas e claras no que concerne à independência das colónias, consideradas como vacas de leite". Aludindo mais adiante à posição do eng. Cunha Leal em face do problema da autodeterminação das colónias, classifica-a de ambígua e merecedora de ser acolhida com todas as reservas, muito embora a iniciativa represente um progresso na medida em que partiu de "um grupo influente de democratas portugueses".

Moçambique

PESADAS BAIXAS INFLINGIDAS AS TROPAS COLONIALISTAS

Os últimos comunicados da FRELIMO que chegaram à nossa redação informam que continua a ser intensa no Norte da colónia a actividade das forças do "Exército de Libertação". No mês de dezembro os comandos de patriotas participaram de 14 combates. Durante essas acções as tropas colonialistas portuguesas teriam sofrido 309 baixas, perdendo oito veículos militares e dois aviões.

Um comunicado especial datado de 15 de janeiro, relata com pormenores uma derrota infligida a uma unidade portuguesa na região de Diaca. Na sequência de um ataque de militantes da FRELIMO a um posto administrativo, cerca de 100 soldados portugueses enviados em perseguição dos assaltantes acabaram por ser cercados nas proximidades de uma base dos patriotas moçambicanos. No combate que se travou, nada menos de 83 foram mortos. Na mesma região, dias antes, a 27 de dezembro, as tropas portuguesas haviam já sofrido grave desastre. Tendo perdido 27 homens, abatidos numa emboscada, o comandante militar da zona apressou-se a enviar reforços para o local em seis veículos. Entretanto, como a estrada de acesso fora minada pelos guerrilheiros, quatro dos carros explodiram, tendo perecido mais 46 soldados e oficiais portugueses.



Enfermeiras paraquedistas de Salazar à sua chegada a Angola! Que escondem os seus sorrisos estereotipados? No momento apenas ignorância, cegueira, irresponsabilidade. Mas quantas destas jovens iludidas na sua boa fé, se salvarão da engrenagem da guerra colonial? Quantas deixarão de pactuar com o crime?

Ultima Hora

Salazar ameaça a Igreja

LISBOA (Do Correspondente) — Num dos mais acarianos discursos que terá pronunciado ao longo da sua longa carreira de ditador, Salazar surpreendeu a opinião pública fazendo uma série de ameaças à Igreja. Ninguém esperava que o ditador aproveitasse a solenidade rotineira da posse da nova comissão executiva da União Nacional (tão «nova» que o seu presidente é o fascista Castro Fernandes) para fazer afirmações políticas de algum significado. Os observadores foram, entretanto, surpreendidos com as referências à atitude da Igreja. Embora veladas, as ameaças de Salazar signifi-

cam que é interpretada a posição de hostilidade dos estudantes católicos ao regime como o resultado da falta de apoio da hierarquia ao governo e da sua tendência para julgar os atos deste. Vale a pena transcrever da sua enfadonha arenga o pequeno trecho que a justifica: «Embora conforme a frase de Tertuliano, a alma humana seja naturalmente cristã, desde sempre entendeu a Igreja não poder existir sem uma doutrinação activa que ilustrasse os entendimentos e afeiçoasse as consciências às práticas da sua moral. Assim — acrescenta — a Igreja pode cristianizar a Nação e pode até cristianizar o

Estado; e parece-me dever ficar por aí pois não pode substituir este, nem conduzir os negócios na ordem material ou profana. E se, esquecendo amargas experiências históricas, se sentisse tentada a intervir na acção política, não devia fazê-lo, porque à medida que vemos materializar-se a vida, se torna mais e mais absorvente a missão espiritual da Igreja». Em outras palavras: uma Igreja como a portuguesa que se mostrou incapaz de «cafeioar» o povo ao fascismo deve abster-se agora de se preocupar demais com os negócios públicos. E para que os senhores bispos não alimentem ilusões sobre a disposição em que se encontra de castigar as suas veleidades de ingerência em assuntos que considera muito seus, Salazar evoca as «amargas experiências históricas» da Igreja, quando a hierarquia se entregou à «acção política». Já sabem pois os bispos e padres de Portugal o que os espera: o seráfico mestre de Santa Comba propõe-se, do alto da sua superioridade, recorrer à palmatória...

A indignação suscitada nos meios da Igreja pelas ameaças do ditador foi imensa, admitindo-se que contribua para levar certos setores da hierarquia a assumir uma posição mais favorável aos católicos progressistas que se opõem ao fascismo e defendem a luta contra o mesmo no seio de uma ampla frente unitária.

O Movimento Camponês

FARO (Do Correspondente) — Embora a época seja pouco propi-

Natal do preso político

Embora na edição anterior tivéssemos dado por encerrada a campanha para o Natal do Preso Político, registamos ainda os seguintes donativos, cujo contravalor será acrescido à importância de Cr\$ 308.800, soma da última lista publicada, para encaminhamento final aos destinatários.

— De operários belgas, angariação feita pelo Sr. Alfredo Madeira — FB 539.

— De um grupo de amigos de Portugal Democrático residentes na Bélgica — FB 1.224.

Encerrando a campanha para o Natal do preso político, transcrevemos a carta endereçada ao Diretor do Jornal "República".

São Paulo, 23 de Fevereiro de 1965

Exm. Snr.
Dr. CARVALHAO DUARTE
Diretor do Jornal "REPÚBLICA"

LISBOA
Sr. Diretor
A exemplo dos anos anteriores o jornal PORTUGAL DEMOCRÁTICO promoveu a campanha para o Natal do preso político português em 1964.

Estamos hoje comunicando a V. Sa. que enviamos através dum banco a quantia que recolhemos e, ao mesmo tempo, pedir para que se dignem mais uma vez proceder à sua distribuição pelas famílias dos presos.

Angariamos 372.000 cruzeiros que transformados em escudos renderam 5.680\$000.

Sem outro particular queira aceitar as nossas
Saudações Republicanas

cia, o movimento camponês vem-se fortalecendo em todo o Sul do País. No Baixo e no Alto Alentejo, o fim do ano foi assinalado em numerosos concelhos pelas lutas, quase sempre vitoriosas, travadas pelos operários agrícolas para imporem melhores jornas na apanha da azeitona, já que o problema da defesa das oito horas de trabalho não se coloca agora devido aos dias serem curtos.

No Algarve, na luta contra os exploradores do povo, foram também alcançadas significativas vitórias pelos camponeses sem terra. Em LOULE, no Vale Judeu, os operários agrícolas conseguiram impor o salário de 50 escudos e uma arroba de figos secos e 5 litros de vinho. Em LAGOS, nos arrozais da ribeira de Odiáxere foram as mulheres que iniciaram a luta exigindo que fossem aumentados os irrisórios salários que vinham percebendo. Depois de 48 horas de greve, os latifundiários da região, apercebendo-se de que todas as suas ameaças eram impotentes para que o pessoal voltasse ao trabalho, cederam, passando a pagar 25 escudos por dia às mulheres.

Em São Marcos da Serra, cerca de 300 pequenos camponeses enviaram uma representação ao subsecretário da Agricultura exigindo a abolição de uma postura da Câmara Municipal de Silves que visa limitar aos grandes proprietários a criação de ovelhas e cabras. Assinala-se no documento que centenas de outros camponeses não firmaram a exposição por serem analfabetos, mas que emprestam a sua irrestricta solidariedade aos signatários. O descontentamento na região cresce dia a dia, estando prevista a realização de uma grande concentração em frente da Câmara, caso o protesto não seja prontamente atendido.

ERHARD AGENTE DE SALAZAR!

O governo revanchista de Bonn, digno herdeiro da política revanchista do III Reich, é hoje o melhor aliado do fascismo português. Agora, para corresponder à entrega das riquezas do povo português e das populações das colónias e à autorização para que as suas forças armadas disponham de uma base em Beja, o dr. Erhard surge-nos transformado em agente de compras de Salazar. Como numerosos governos do Ocidente se recusam a vender material de guerra a Portugal, o governo alemão ofereceu-se como intermediário. O primeiro país a ser ludibriado pela manobra dos dois comparsas Salazar-Erhard foi o Canadá. Nada menos de 60 aviões de caça que Bonn havia adquirido ali vão ser "revendidos" a Portugal para reforço das esquadilhas que em Angola, na Guiné e em Moçambique massacraram milhares de africanos, levando o terror e a morte às aldeias das zonas onde a insurreição se desenvolve. É mais um "serviço" que os militaristas germano-ocidentais prestam à humanidade.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
R. Cons. Furtado, 191 — SP, Brasil
Endereços de Assinantes